

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXX Jan. 2004 · 07/01/04 Nº 337 Preço 0,70

• **Porto**
Evocada a criação da Delegação nas comemorações do 29.º Aniversário
página 6

• **Natal**
A Direcção Nacional reuniu com os trabalhadores da ADFA num encontro de Natal
página 16

• **Dia Nacional do Combatente**
Adoptado o dia 9 de Abril, evocativo da efeméride da Batalha de La Lys
página 16

• **Acessibilidades**
Programa "Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos"
página 14



PORTE PAGO

Audiência com o SEDAC ADFA apresenta cumprimentos de Boas Festas



página 16

Núcleo de Maputo 1.º secretário da DN visitou o Núcleo da ADFA na capital de Moçambique

O Delegado da ADFA para a Assembleia Geral da FMAC esteve no Maputo para contactar os associados de Moçambique com quem tratou dos problemas que ainda estão por resolver
página 10

FMAC Participação da ADFA na 24.ª Assembleia Geral



página 10

AEPD em Roma O presidente da DN representou a presidente da Comissão Coordenadora Nacional no encerramento do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência em Roma

página 11

Conclusão do processo eleitoral



A cerimónia de posse dos Órgãos Sociais Nacionais e das Mesas das Delegações contou com a presença do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes e de outras altas entidades civis e militares

centrais

Em início de novo mandato

Entrevista com o presidente da Direcção Nacional

centrais



Eleição para o Conselho da Delegação dos Açores em 28 de Fevereiro

página 4

Ministério da Justiça adapta site aos invisuais

Apresentada pela ministra Celeste Cardona a página da internet do Ministério da Justiça com acesso disponível para pessoas cegas, assiste-se a uma demonstração prática em computador, com intervenção de um invisual.

A este acto, no dia 16 de Dezembro, a ADFA esteve representada pelo presidente da Direcção Nacional, acompanhado pelo associado José Pavoeiro.

FARINHO LOPES



ACAPO apresenta petição na Assembleia da Republica

Apresentada pela ministra Celeste Cardona a página da internet do Ministério da Justiça com acesso disponível para pessoas cegas, assiste-se a uma demonstração prática em computador, com intervenção de um invisual.

A este acto, no dia 16 de Dezembro, a ADFA esteve representada pelo presidente da Direcção Nacional, acompanhado pelo associado José Pavoeiro.

FARINHO LOPES



Breves

Ocupação de mão de obra protegida

Na sua reunião de 6 de Novembro de 2003, e por iniciativa do seu presidente, esta autarquia algarvia aprovou uma proposta que visa incluir nos programas de concurso para adjudicação de obras ou serviços da mesma, nomeadamente nos critérios de ponderação final, um factor de 5% quanto a "ocupação de mão de obra protegida (deficientes ou similares)".

Atendendo a pertinência e actualidade desta medida potenciadora da integração da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, espera-se que tal exemplo seja rapidamente seguido por muitas outras entidades.

Filme adaptado a cidadãos com necessidades especiais

No Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, o operador de serviço público de televisão promoveu uma iniciativa inédita e inovadora em Portugal, sob o lema "Uma Televisão Para Todos!".

No passado dia 1 de Dezembro, a RTP e a RDP co-exibiram, digamos assim, e pela 1ª

vez, um filme com adaptação a cidadãos com necessidades especiais.

Nesse dia, pelas 16 horas, os cidadãos cegos puderam acompanhar o som directo de "A menina da rádio" na RTP, e aceder simultaneamente à audio-descrição de todas as cenas, sintonizando a onda média da Antena 1 RDP. Por seu lado, os cidadãos surdos ou com deficiências auditivas, puderam acompanhar a legendagem de todo o filme através da página 887 do teletexto da RTP.

Esta iniciativa, que não requereu qualquer equipamento especial, contou com o apoio da Associação Portuguesa de Surdos e da ACAPO, ficando depois esta última à disposição, através do endereço electrónico rp.dn@acapo.pt, de quem quisesse (e eventualmente ainda queira), tecer quaisquer comentários ou apresentar sugestões.

Rua Luís Braille

No passado dia 11 de Dezembro foi descerrada na zona de Belém, em cerimónia da Câmara Municipal de Lisboa, a placa toponímica da Rua Luís Braille, prestando-se assim mais uma justa homenagem a este grande filantropo do século XIX.

Guia do Consumidor em Braille

Resultado de uma parceria entre a ACAPO e a DECO, com o apoio do SNRIPD, foi apresentado, no passado dia 18 de Dezembro, o Guia do Consumidor em Braille, sob o lema "Somos todos consumidores", que tem a particularidade de veicular grande parte da informação através de 10 pequenas estórias que permitem uma melhor compreensão das situações e das indicações que se pretendem transmitir, nomeadamente esclarecer os deficientes visuais sobre os direitos que lhes assistem, e os deveres que sobre eles impendem, enquanto consumidores.

Para além da distribuição de exemplares em Braille e em disquete, o guia está disponível na página net da ACAPO, www.acapo.pt

Banco de Voluntariado

No dia 18 de Dezembro, com a presença da vereadora de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, Helena Lopes da Costa, e também dos presidente e 2º secretário da DN, Patuleia Mendes e António Capela Gordo, foi inaugurado o Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, que ficará sediado na Rua A projectada à Rua Sousa Lopes, loja 10 A, no Bairro do Rego.

Agenda

Audiência com a secretária de Estado da Segurança Social
Dia 8 de Janeiro

Tomadas de Posse
Órgãos Sociais da Delegação de Famalicão - 10 de Janeiro.
Órgãos Sociais da Delegação do Porto - 10 de Janeiro.
Órgãos Sociais da Delegação de Setúbal - 17 de Janeiro.

Ceia dos Reis em S. Torcato - Guimarães - 10 de Janeiro.

Eleições para o Conselho da Delegação dos Açores - 28 de Fevereiro.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8. dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Albino José Gomes
- Aristides Ferreira Pestana
- Cândida Oliveira Pinto
- Fernando Martins de Matos
- Fernando Vilas Boas Alves
- Fortunato Guimar
- Francisco Muvimbei Nhumaio
- Germano Pedro Rato
- Isidro de Jesus Fernandes
- José Luís Vieira Machado
- José Manuel Bravo Diz
- Manuel Carlos Gomes de Figueiredo
- Maria Gomes dos Santos Fonseca
- Nuno José da Fonseca Félix David
- Vitor Fernando Alves Bexiga

Quotas em dia, ELO em casa

Não deixe para o final do ano o pagamento das suas quotas. Aproveite este mês para regularizar a sua situação e evitar contratempos no recebimento do jornal ELO. Dê o exemplo associativo e colabore com a sua Associação.



ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com
DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Sérgio Azougado, José Pavoeiro, Armindo Mattos
DIRECTOR: José Diniz
REDACÇÃO: José Manuel Sande, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado)
COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inês Soares Castro, António Correio, João Gonçalves, José Maia, Nuno Santa Clara
CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seco (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), José Faria (Setúbal), Leite Domingues (Açores), João Carmona (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Evora), José Maia (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro)
ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara
ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632
CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição
PRÉ-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263
MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480
IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188
Registo da Publicação no ICS: 105068/77
Depósito Legal: 99595/96
ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 8.800 ex.

Tema Livre



António Carreiro

Pobreza

O constante apelo ao nosso contributo para as campanhas de organizações internacionais e nacionais é um lugar comum. Pretende-se fazer chegar, sobretudo alimentação e saúde, àqueles que nos são apresentados na miséria absoluta. As imagens mostram, regra geral crianças a morrer de fome, mas em continente distante, o que também, normalmente aliado a uma ambiência muito diferente, mais distante os tornam, sofrendo - se com o choque mas sentindo-se o conforto de que tamanhos horrores são de outros mundos, longínquos, impensáveis no suave aconchego da envólucra do nosso lar.

Nestes dias de comércio natalício, as televisões, timidamente, começaram a revelar-nos algumas imagens de lares que, pasme-se, se localizam perto dos nossos! Com pessoas que falam a mesma língua e crianças que, nos olhos, não têm sonhos e nada esperam do pai natal porque, explicam prosaicamente: "não há dinheiro".

Um estudo da Comissão Europeia, revelado em Dezembro,

assegura que 55 milhões de pessoas vivem em risco de pobreza e de exclusão social, na União Europeia. Espanto!

Cinco "Portugais" e meio de gente! Nesta Europa do consumo, do gasta e deita fora, 55 milhões de excluídos e pobres!!! No modelo civilizacional do mundo?!

Em Portugal, nos lares ao lado dos nossos, mesmo paredes-meias, 20 por cento da população vive abaixo do limiar da pobreza!!!

Há quem fique feliz porque de 95 a 2001, houve uma melhoria de três por cento!!! E mesmo optimista com o objectivo, assaz difícil, de, até 2005, se reduzirem mais dois pontos percentuais!

Ser solidário, só e individualmente, não chega! Recolher fundos através de ONG, não é suficiente nem o meio mais adequado!

Este é um problema global na época da globalização que exige uma intervenção activa, permanente, coerente e consistente dos governos e dos cidadãos! Uma determinação séria na criação de efectivas políticas de eliminação da pobreza. Não podemos aceitar que, tranquilamente, se vá reduzindo um ponto percentual dos pobres em cada dois anos! Que solidários que nós somos!

Vi também na televisão que, neste Natal, foi organizado um jantar para oitocentos sem-abrigo, em Lisboa. Contava com a presença do 1º Ministro. Mas este não foi. Mas foi pena! Fiquei cheio de curiosidade. Queria saber o que é que um primeiro-ministro diria a oitocentos cidadãos do seu país que dormem na rua, com cobertores de papelão, e comem dos restos e de migalhas quando os encontram!

Talvez uma promessa de que o pão apenas vai aumentar trinta e tal por cento....

Bom ano de 2004 •

Editorial



José Diniz

Ano novo vida nova

Este dito popular tem plena aplicação na vida da ADFA neste ano que acaba de se iniciar. Os novos Órgãos Sociais Nacionais tomaram posse no Dia de Reis, a que se seguirão os das doze Delegações.

É um ritual de renovação de energias e de promessas que esperamos não caiam em saco roto ou que não sejam apenas de circunstância.

Tal como os reis magos, há dois mil anos, energia não nos vai faltando, apesar da idade e do cansaço. A sua estrela mais não foi do que acreditar que vale a pena enfrentar as dificuldades, as desilusões, os fracassos, se houver a certeza do rumo a seguir, do objectivo a alcançar. Confiaram na sua estrela e alcançaram o que procuravam. Nem os aparelhos de GPS hoje fariam melhor, tal foi a convicção que estas personagens bíblicas tiveram em ir dar com a gruta de pastores nos arredores de Belém onde repousava o recém-nascido Menino Jesus, símbolo do Bem e da Justiça.

A dificuldade está em que nós não somos reis nem temos ministros nem secretários de estado vestidos de poderes sobrenaturais que nos enviem a estrela certa, nem tão pouco dispomos de GPS fidedignos. Somos humanos com as nossas virtudes e as nossas fraquezas, ficamos confusos com a quantidade de estrelas que brilham à nossa volta, sem saber qual a melhor para eleger como guia. Nem sempre as mais brilhantes e as mais garridas são as melhores. Um são de brilho efêmero, outras são cadentes, outras ainda podem ser enganadores restos de meteoritos que mais parecem agoirar o fim do mundo.

Então como escolher a melhor estrela?... Não há receitas seguras. Um as vezes saímos-nos bem nas opções que fazemos, outras vezes as coisas dão para o torto, apesar das boas intenções. Assim é no nosso dia a dia, na vida social e na vivência em democracia. O sucesso ou insucesso das nossas escolhas depende muito da nossa experiência, das nossas convicções, dos que nos rodeiam, do grau de confiança que temos em nós próprios e nos outros.

Por outro lado, as coisas boas que nos acontecem, as conquistas que fazemos são sempre imagens aproximadas do Bem e da Justiça. Nas grutas a que vamos dar nem sempre temos anjos a receber-nos.

Neste Dia de Reis em que se inaugurou um novo mandato associativo, se não for grande a fé e a confiança, ao menos que tenhamos a esperança de que as "estrelas" que elegemos nos conduzam às melhores grutas, onde encontremos quem nos faça justiça e nos proporcione maior bem.

Já nos vai faltando a paciência para seguirmos estrelas enganadoras e de irmos parar às grutas erradas. •

P.S. - Como os nossos associados e leitores já devem ter reparado, este número do ELO já não contou com a colaboração do nosso jornalista e editor, Dr. Rafael Vicente. Foi uma saída de cena inesperada para todos e foi uma grande baixa na equipa. O Rafael, como carinhosamente era tratado, era como se fosse nosso filho e gozava da simpatia generalizada dos nossos associados, simpatia essa que ele também fazia por merecer.

Parafraseando o Poeta, "outras vezes mais altas se alevantaram" e o Rafael deixou de ser nosso colaborador, com muita mágoa dele e nossa. É merecedor que retome, o mais rápido possível, a sua carreira profissional com novos e rasgados horizontes. Boa sorte, Rafael!

FARRHO LOPES



Fotolegenda
O nosso poste

Há dez anos que temos no meio do acesso nascente da Sede Nacional um poste de alta tensão, com inconvenientes para a saúde e para a circulação.

Por outro lado, se os cabos de alta tensão caírem, será necessário que a ambulância passe para socorrer os eventuais feridos.

Iremos estar mais dez anos à espera?!...

Episódios



Nuno Santa Clara

Conto quase de Natal

arranjara uma namorada local; "que a princípio não estava para aí virado, mas ela era tão bonita...". Finda a comissão, teve de voltar para Portugal, quando ela estava já grávida, sem a mínima hipótese, teórica ou prática, de a trazer consigo. Por um conterrâneo seu, entretanto ido também em comissão militar para Moçambique, soube que tinha um filho.

Os anos passaram, mas a memória ficou. Mais de trinta anos passados, consegui voltar a Moçambique e localizar a antiga namorada, agora casada e com dez (!) filhos. "Mas... ainda bonita...", disse, com um sentimento expresso mais por silêncios do que por palavras. Afinal, não era um filho, mas uma filha que tinha deixado para trás, e que encontrou já casada e por sua vez já com um filho.

Nunca se referiu à sua família em Portugal, durante a nossa conversa; suponho que se considerava de consciência tranquila por esse lado, e tudo indica que teria razão. Mas quanto a esta família que agora reencontrava, tinha ideias firmes: tinha já comprado um terreno, ia fazer uma casa, tinha que garantir um futuro. Era a segunda viagem que fazia, esta mais longa, para deixar tudo organizado.

Estamos todos cheios de teorias sobre encontros e confrontos de culturas, de racismo, de xenofobia, e de outros palavrões afins. Ou sobre o impacto da Guerra Colonial na nossa geração. Mas nada me fez ver tão claro como aquelas duas frases, ditas em voz baixa, e separadas por silêncios: "era tão bonita... ainda bonita". •

Li, já não me lembro onde, a citação de um acertado provérbio da Europa Central: o que não contas a ninguém, contarás a um desconhecido numa estalagem. Não foi numa estalagem, mas no espaço confinado de um avião, num longo voo de onze horas de Lisboa para Maputo, que me foi contada esta história.

O seu contador foi um típico português na casa dos cinquenta, baixo, grisalho, normalíssimo. A princípio reservado, a sequência da conversa levou-o a explicar o que ia fazer a Moçambique. Estivera por lá durante a guerra, como muitos. Como muitos,

Bragança

Convívio de Natal

Um grupo de associados da Delegação, alguns acompanhados das suas esposas, reuniu-se no passado dia 11 de Dezembro para um magusto, que também serviu como ceia de Natal antecipada.

Este encontro, inserido num dos projectos recreativos para 2003 apresentados ao Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e que só não se realizou em Novembro, como programado, por falta de um espaço condigno, é para ter continuidade, conforme pedido e decisão de todos os presentes, dado que, como então foi mais uma vez reconhecido e realçado, os sócios e seus familiares próximos, não só necessitam de tais convívios, como também em muitos deles, especialmente nos de âmbito local, se geram úteis trocas de impressões associativas, algumas mesmo servindo de temas e acções a implementar no seio da ADFA.

E tendo sido este o primeiro, espera-se já em 2004 uma participação bem maior, apelando a direcção da delegação a que os sócios se façam acompanhar sempre das suas esposas, já que elas são parte integrante da instituição a que se pertence, ou seja, a ADFA.

Porque "solidariedade" não é palavra vã entre nós, não foi esquecido o apelo da delegação de Viseu, pelo que, recolhidas contribuições para ajudar a custear algumas telhas para a casa da D. Laurentina, o total foi enviado àquela delegação.

A Direcção da Delegação •

Famalicão

Festa de Natal

No passado dia 07 de Dezembro de manhã, realizou-se a Festa de Natal no Salão Paroquial de Pevidém. Estiveram presentes cerca de 300 pessoas. Entregou-se brinquedos a 198 crianças. Proporcionámos um programa de animação com a actuação do Grupo Coral Infantil de Pevidém e Grupo de Teatro Infantil "TIMBRA" de Braga. O Pai Natal também esteve presente, distribuindo reбуçados pelas crianças. A realização da festa de Natal deste ano esteve a cargo da Direcção do Núcleo de Guimarães. •

Ceia de Reis

No próximo dia 10 de Janeiro de 2004, realiza-se pela quarta vez consecutiva, a Ceia

Delegação dos Açores
ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DA DELEGAÇÃO
CONVOCATÓRIA

Dando continuidade ao Acto Eleitoral Nacional, nos termos dos Estatutos da ADFA e das disposições do Regulamento Eleitoral da mesma Associação, convocam-se todos os associados da área da Delegação dos Açores para a Assembleia Geral Eleitoral extraordinária da mesma Delegação, a realizar no dia 28 de Fevereiro de 2004 (Sábado), das 09H00 às 19H00, com vista à eleição dos conselheiros da Lista Autónoma do Conselho da Delegação para o triénio de 2003-2006.

Esta Assembleia Eleitoral funcionará com mesas de voto na Sede da Delegação, em Ponta Delgada, e nas Ilhas de Santa Maria (Câmara Municipal de Vila do Porto), Graciosa (Câmara Municipal de Santa Cruz), S. Jorge (Café Santiago-Ribeira Seca), Faial (Quartel dos Bombeiros Voluntários da Horta), Pico (Quartel dos Bombeiros Voluntários das Lages) e Terceira (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo).

NOTA: - Nos termos do artigo 12.º do Regulamento Eleitoral, o prazo para apresentação de Listas de Candidatos termina às 18H00 do dia 23 de Janeiro de 2004, e as listas deverão ser apresentadas na sede da Delegação à MAGD.

Lisboa, 07 de Janeiro de 2004.

Plª Mesa da Assembleia Geral Nacional
António dos Santos Carreiro
Presidente

dos Reis no restaurante GILDE em S.Torcató - Guimarães, no valor de 20,00 por pessoa. Este evento é da iniciativa da Direcção do Núcleo de Guimarães. Haverá o tradicional Cantar dos Reis. •

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Delegação

No dia 10 de Janeiro de 2004 às 16.00 horas nas instalações do Núcleo de Guimarães, na Rua Manuel Peixoto - nº 203.

Castelo Branco

Delegação em evento cultural

A convite da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a Delegação de Castelo Branco esteve representada pelo membro da Comissão Administrativa, João Morgado Carmona e pelo associado Henrique Gonçalves, nas comemorações levadas a efeito por aquela autarquia nos dias 25, 26 e 27 de Outubro e integradas no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

O evento, que contou com iniciativas de cariz formativo, cultural e recreativo, teve como objectivo "contribuir para a mudança de mentalidades e comportamentos face à diferença", sendo encerrado com um seminário cujo tema central foi "Há um lugar para os Deficientes ...em Idanha-a-Nova". •

Nota da Redacção: por erro de impressão no anterior ELO, e por troca de dados, factos de que pedimos desculpa aos familiares, repete-se o seguinte:

Francisco A. T. Silva Gonçalves

Associado nº 8874
50 anos
Faleceu no dia
15/03/02



Residia em Lousada. Deixou viúva Maria de Fátima Leal Moreira. Serviu na Guiné, no B.Caç. 4612.

Joaquim Dias Roque

Associado nº 15224
58 anos
Faleceu no dia
04/08/03



Residia em Fontanilles, França. Deixou viúva Maria da Soledade Ramos Bernardino Roque. Serviu em Angola, na C.Art. 1543/B.Art. 1886.

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António Lourenço R. Antunes

Associado nº 13105
55 anos
Faleceu no dia
23/08/02



Residia em São Pedro de Tomar. Deixou viúva Donzília da Piedade Silvério Antunes. Serviu em Angola, na C.Caç. 1720/BCaç. 1920.

Rafael Mendes Barbosa

Associado nº 8503
59 anos
Faleceu no dia
29/04/03



Residia em Vale de Milhaços, Corroios. Deixou viúva Isolina Raulinda Dias de Sousa. Serviu na Guiné.

Fernanda A. C. Lima Barbosa

Associada nº 13923
87 anos
Faleceu no dia
18/6/03



Pensionista de preço de sangue por seu filho, António José da Costa Lima Barbosa, falecido na Guiné em 1968. Residia no Porto.

Aurélio das Neves Fernandes

Associado nº 12663
61 anos
Faleceu no dia
09/07/03



Residia no Barreiro. Deixou viúva Maria Joaquina dos Santos Rodrigues Fernandes. Serviu na Guiné, Cabo Verde e em Angola.

Adelino Pais Silva

Associado nº 7270
56 anos
Faleceu no dia
19/09/03



Residia na Covilhã. Serviu em Moçambique, no BCP 31.

José dos Reis Ramos

Associado nº 2824
51 anos
Faleceu no dia
27/09/03



Residia em Aqualva, Sintra. Deixou viúva Elsa Maria dos Santos Durão Ramos. Serviu na Guiné, na C.Caç. 4641.

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Almoço e Festa de Natal

DELEGAÇÃO DE LISBOA



O presidente da Junta de Freguesia do Lumiar no uso da palavra



Momento bem animado para os mais pequenos

Como nos anos anteriores, mais uma vez e com grande êxito, a Delegação de Lisboa realizou a sua festa de Natal com um almoço no edifício Sede e uma festa no Lar Militar.

No almoço fraterno com a presença de muitos associados, famílias, crianças, órgãos da Delegação, Direcção Nacional e convidados, em especial o presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Nuno Roque, foram formulados votos de um santo Natal e a esperança num futuro melhor, simbolizado nas numerosas crianças presentes.

Foi feito um agradecimento pelo 2º Vogal da Direcção da Delegação, Fernando Carvalho ao excelente trabalho realizado pelos colaboradores da Restauração e a todos os funcionários que participaram neste evento.

Na festa de Natal realizada no Lar Militar, com orientação do espectáculo de Fernando Carvalho, estiveram presentes os seguintes grupos de dança e musicais: Grupo

de Música Africana "Estrelas do Lumiar" do Centro de Artes e Formação do Bairro da Cruz Vermelha Portuguesa; os palhaços "Gugus"; o Grupo de Magia "Magilândia" e o momento mais alto do espectáculo que pôs ao rubro mais de uma centena de presentes, entre associados, famílias e convidados pela sua actuação e excelente comunicação que transmitiu a todos os presentes, o cançonetista Toy.

Seguiu-se a distribuição de prendas a todas as crianças, terminando com um lanche oferecido pela Delegação de Lisboa.

Agradecimentos: Dep. Cultura da CML; Lar Militar; Junta de Freguesia do Lumiar; INATEL, João Marrana da CML e ao cançonetista TOY.



Momento musical com o cançonetista Toy

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS DA DELEGAÇÃO LISBOA

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Henrique Louro
Todos os dias, das 9h00 às 13h00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00
e das 14H00 às 18H00

Marcações: Filomena Brandão

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho
6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

ACUPUNCTURA

Cmdt. Araújo de Brito

2.ª, 4.ª e 5.ª feira - 10H30 às 13H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante - Todos os dias

Atendimento a crianças, adolescentes, adultos;
orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra

Marcações: com a própria

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

APOIO AOS ASSOCIADOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro

2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria/Atendimento (ver Horário e Telefone)

Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta

2ª feira das 09H00 às 18H00

3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00

Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00

Serviço de Almoço das 12h15 às 14h30

Serviço de Bar das 9h00 às 18h00

Mensagem de Ano Novo

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa da ADFA, desejam a todos os associados e seus familiares um Ano de 2004 com Paz e Esperança, na concretização de todos os seus anseios associativos.

As eleições e os nossos associados

Deixem-nos ou permitam-nos que, desde já, enalteçamos aqui todo o excelente empenhamento e disponibilidade que todos os candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa puseram na discussão dos problemas associativos, durante o período eleitoral, nas reuniões efectuadas com os nossos associados.

Perante toda esta disponibilidade estamos certos que muitos associados assumem, cada vez mais, ser necessário e urgente dar o seu contributo para que a Delegação de Lisboa continue a consolidar-se e a prestar mais e melhores serviços aos seus associados.

Do mesmo modo, por parte dos nossos associados e a avaliar o aumento de 100% dos votos em relação às anteriores eleições, não nos suscita qualquer dúvida do seu apoio, pelo que os futuros Órgãos Sociais vão continuar a trabalhar no projecto associativo iniciado pelos anteriores Órgãos Sociais.

De facto, nas reuniões havidas durante o período eleitoral, os nossos associados pediram várias coisas. Pediram que a Delegação continue viva e actuante e que esteja atenta às mudanças sociais, próprias dos dias de hoje, para não se tornar cinzenta, esquecida e descaracterizada.

Pediram-nos que continuássemos o debate sobre a nossa 3ª idade, que se aproxima a passos largos e que para a grande maioria de nós vai trazer graves problemas de saúde o que vai agravar, ainda mais, a nossa já precária qualidade de vida.

Pediram-nos, ainda, que a Delegação colabore com outros Órgãos Sociais para, com firmeza, dar visibilidade aos reais interesses de todos os associados, sobretudo, dos mais injustiçados. Também nos solicitaram que de futuro, fôssemos mais vezes aos Núcleos para que os associados ali residentes possam participar, mais activamente, nas decisões associativas da Delegação.

Mas, também, nos lembraram que a paz e a estabilidade na Associação são importantes; só que enquanto existirem injustiças, em muitos associados, quer uma, quer outra não substituem a razão dos injustiçados.

É à luz destes pedidos e destes princípios que nós nos comprometemos, com os associados, a trabalhar nesse sentido. Continuar com um espaço de debate para os associados e, até, para todas as pessoas que decidam conviver connosco e partilhar as suas ideias.

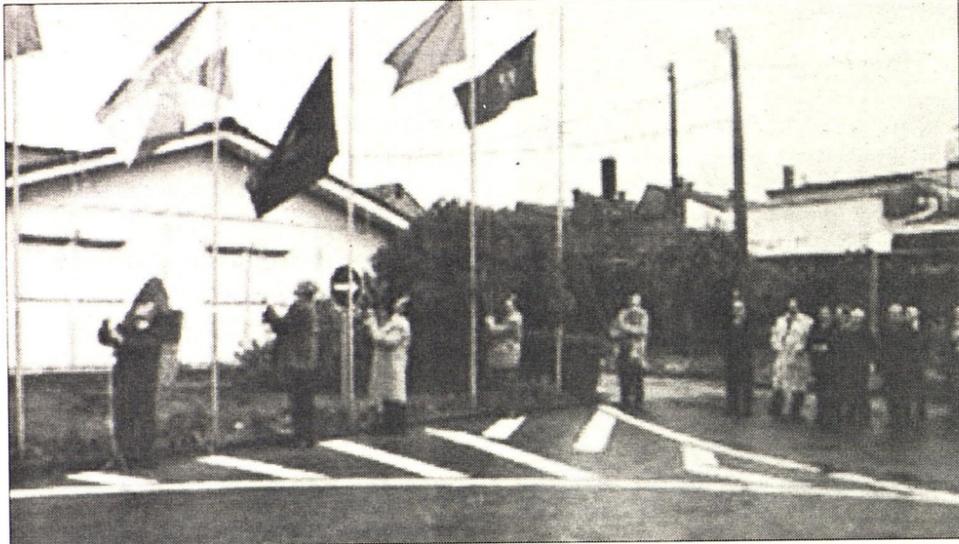
Por isso, estamos certos que durante o nosso mandato, em conjunto com os Órgãos Sociais Nacionais e as outras Delegações, encontraremos mais respostas e melhores soluções para os problemas associativos que ainda hoje fazem parte do quotidiano da ADFA.

*Adérito Necho Pinto
Francisco Janeiro
José António Salazar*

Evocação de uma data

Comemoração do 29.º Aniversário

DELEGAÇÃO DO PORTO



Completaram-se, no dia sete de Dezembro, 29 anos sobre a data que marca o primeiro acto associativo realizado no Porto. Esta manifestação deu lugar à criação da Delegação que veio estender a sua acção aos Distritos do Porto, Viana do Castelo, Vila Real e alguns concelhos situados a norte do Distrito de Aveiro.

Com efeito, no dia sete de Dezembro de 1974, reuniu-se no então Regimento de Infantaria do Porto, actual Escola Prática de Transmissões, cerca de uma centena de Deficientes Militares, os quais, após equacionarem as necessidades e as vantagens da descentralização da ADFA, delegaram numa comissão instaladora, constituída por vários associados, as tarefas destinadas à instalação da Delegação.

A tarefa principal de que a comissão foi incumbida prendeu-se com a localização de um edifício com características e condições apropriadas a pessoas com deficiência. Tal missão pode-se afirmar que foi cabalmente realizada, pois a escolha recaiu nas actuais instalações, as quais, após muitas vicissitudes relacionadas com a sua posse, são hoje uma mais valia patrimonial da ADFA.

Nos 29 anos de vida associativa da Delegação do Porto são muitas as realizações que constituíram pontos altos de que se orgulham os seus associados. A criação da "Oficina de Próteses" que se desenvolveu e se autonomizou para dar lugar ao "Centro de Reabilitação Profissional de Gaia" é um exemplo dessa forma construtiva de estar na vida associativa. Também o projecto que se encontra em curso, para a criação do "Centro Social da ADFA" é outra iniciativa que ficará a marcar a acção solidária e atenta da Delegação aos problemas que se avizinham na velhice dos Deficientes Militares.

Porém, nestas quase 3 décadas, sobressai a grande atenção que os seus associados sempre demonstraram pela dimensão Nacional da ADFA. Nos momentos em que mais se tornou necessária a participação dos associados, nunca a Delegação regateou esforços, contribuindo em alturas decisivas para a consolidação do projecto associativo fundado nos ideais e valores que estão na génese da fundação da ADFA.

O 29.º aniversário da Delegação do Porto foi comemorado com um vasto programa, levado a cabo de forma descentralizada, como é apanágio dos seus Órgãos Sociais, vivido e festejado em "espírito de família" pelos seus associados.

Evocação dos camaradas falecidos

O programa comemorativo teve início no dia sete de Dezembro com uma cerimónia de hasteamento das bandeiras, seguida de um momento de silêncio em que foram invocados os camaradas falecidos.

O acto contou com a colaboração de uma secção da fanfara militar da Região Militar do Norte, que deu ao evento a solenidade devida.

Estiveram presentes muitos associados e familiares que desde o início da manhã acorreram à Delegação para participarem nas várias manifestações associativas.

Visita ao "Palacete Cor-de-Rosa"

Evocar o passado através da projecção do futuro foi o objectivo do acto associativo que, integrado no programa da comemoração do 29.º aniversário, teve lugar no salão da Delegação e que constou da apresentação do projecto do Centro Social da ADFA, seguida de uma visita ao "Palacete Cor-de-Rosa".

A apresentação permitiu aos associados presentes visualizar a dimensão e as características do equipamento, cujo projecto se encontra para aprovação nos serviços da Câmara Municipal do Porto.

O Vice-Presidente da Direcção Nacional, Mano Póvoas, interveio em representação daquele Órgão Nacional tendo salientado o espírito empreendedor da Delegação ao longo da sua existência e manifestado a prioridade que a ADFA deve dar a este projecto e aos que, numa fase futura, nasçam imbuídos das características do mesmo.

Posteriormente, os associados visitaram o "Palacete Cor-de-Rosa" tomando contacto com todas as suas divisões. Nesta visita, foi notório o contentamento manifestado nos rostos de todos os presentes. Tal contentamento deveu-se ao concretizar de um sonho que muito trabalho deu mas floriu tornando-se numa realidade.

Conviver e comemorar

Embora a comemoração deste aniversário se tenha centrado no dia sete de Dezembro, no entanto, foi no dia um de Dezembro que teve lugar o primeiro acto comemorativo, com a realização do almoço de confraternização em Alvarenga dos associados dos concelhos de Arouca, Vale de Câmara e Sever do Vouga.

Este convívio que tradicionalmente se realiza no mesmo dia do ano, contou com a

presença de associados e uma representação dos Órgãos Sociais da Delegação tendo a organização estado a cargo dos associados Artur e Durval.

No Porto teve lugar também um almoço de confraternização no dia sete de Dezembro, com a presença de cerca de 130 associados e familiares contando-se ainda com a presença de representantes da Direcção Nacional e das Delegações de Bragança, Vila Nova de Famalicão, Viseu e Lisboa.

No dia 8 de Dezembro efectuou-se o tradicional convívio dos associados do Núcleo de Santa Maria da Feira, tendo o programa constado de uma missa pelos associados falecidos e de um almoço de confraternização.

O convívio contou com a presença de cerca de uma centena de associados e familiares e foi organizado pela Direcção do respectivo Núcleo.

Os associados do Alto Tâmega associaram-se à comemoração com a realização de um almoço em Chaves, no dia

uma missa em sufrágio dos associados falecidos e de um almoço de confraternização. Esteve presente cerca de uma centena de associados e familiares, tendo a organização estado a cargo de Manuel Portas, Artur Azevedo e Manuel Pereira

Este convívio culminou da melhor maneira a comemoração de mais um aniversário da Delegação visto que as concertinas e as cantigas ao desafio recriaram a "festa minhota", onde a alegria não faltou.

Estão de parabéns todos os que contribuíram para que, uma vez mais e de forma descentralizada, os associados, através do convívio, tenham expressado a sua união em torno da Delegação da ADFA.

Tomada de posse dos Órgãos Sociais da Delegação

Os membros dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto eleitos no dia 29 de Novembro, para o mandato 2003/2006, tomarão posse perante o Presidente da Mesa



Perspectiva da sala do almoço no Porto

13 de Dezembro, que contou com a presença de meia centena de participantes dos concelhos de Chaves, Valpaços, Montalegre e Boticas.

A comissão instaladora do Núcleo deu a conhecer aos presentes a deliberação da decisão da Câmara Municipal de Chaves em ceder à ADFA um espaço para o funcionamento do Núcleo. Também Manuel Silva na sua intervenção salientou o papel da ADFA nas comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência que tiveram lugar naquela região.

Em Vila Real os associados não quiseram deixar de participar e aquando do acto eleitoral mobilizaram-se para que no dia 20 de Dezembro, tenha tido lugar um convívio que já não se realizava há algum tempo. A iniciativa partiu dos associados José Henriques e Manuel Cunha os quais também se encarregaram, com grande brio, da organização do almoço.

A mais de meia centena de associados e familiares presentes conviveram e comemoraram em espírito natalício este dia.

Os associados do distrito de Viana do Castelo comemoraram no dia 21 de Dezembro, em Arcos de Valdevez, com a realização de um programa que constou de

da Assembleia Geral da Delegação numa cerimónia que terá lugar na manhã do dia 10 de Janeiro, nas instalações da Delegação.

Os empossados têm pela frente a execução de um programa a que se comprometeram aquando da apresentação da candidatura, cujas linhas orientadoras passam pelo concretizar de alguns desafios associativos importantes para o futuro dos Deficientes Militares.

Renovação dos cartões de assistência médica

São muitas as reclamações de associados relativamente a pedidos de renovação de cartões de assistência médica remetidos aos serviços de ADME e que tardam muitos meses em serem satisfeitos.

A Direcção da Delegação tem efectuado diligências para que a situação se resolva o mais rapidamente possível visto que se trata de permitir o acesso a um dos direitos mais fundamentais dos deficientes militares.

Solicita-se aos associados que mantenham a Delegação informada, remetendo para os serviços fotocópias dos cartões logo após a sua recepção. •

Coimbra

Convívio de Natal

Realizou-se no passado dia 13 de Dezembro, na zona de Santa Luzia, o tradicional convívio de Natal da Delegação.

Depois de no passado ano, e pela mesma altura, o evento ter suscitado grande interesse na massa associativa, e de a mesma, daí para cá, ter compreendido o quanto era importante o apoio à Delegação e aos seus dirigentes, o dia 13 de Dezembro de 2003 ficará como um dos nossos marcos históricos, já que mais de 200 pessoas participaram no convívio, que teve também a presença de dirigentes nacionais. A actual Direcção Nacional, a verdade seja dita, se deve também o ressurgimento da Delegação, apoiando, dialogando e empenhando-se seriamente numa causa que no fundo é de todos.

José Soles Girão, presidente da Comissão Administrativa e presidente eleito da Direcção da Delegação, intervindo em primeiro lugar e frisando desde logo não ir proferir um discurso, dado o momento não ser

de palavras mas de trabalho, depois de apresentar as boas vindas aos associados e aos elementos dos Órgãos, expôs algumas ideias sobre a ADFA, não só no seu todo mas também em relação ao processo por que passou, e ainda passa, a Delegação de Coimbra, chamando particularmente a atenção para a importância da presença dos associados nos seus eventos. Falando ainda do passado, presente e futuro da Delegação, nomeadamente nas áreas associativa, de instalações de lazer, desporto e tempos livres, apoio a associados e outras, reforçou a importância das mulheres na reabilitação do deficiente.

Ao lembrar os que já partiram, emocionou toda a sala quando se referiu ao camarada Maurício. Foi com toda a assistência de pé que disse não pedir um minuto de silêncio pela memória do nosso presidente da MAGN, mas antes uma grande salva de palmas, a qual se prolongou por largos e comovidos

momentos.

O camarada Patuleia Mendes, presidente da Direcção Nacional, numa intervenção curta, clara e objectiva, falou do Maurício, do motivo que levou a DN a estar ali representada pelos presidente e vice-presidente, desafiando a delegação a "chatear" a DN sempre que necessário.

Foi com elevado e emotivo espírito associativo que o convívio terminou com três vivas à ADFA.

Já depois do almoço, quando se dirigia à sua viatura, o camarada José Soles Girão colocou mal o pé direito, tendo fracturado a tibia e o perónio, o que o levou a ser internado no Hospital dos Covões, sendo aí sujeito a intervenção cirúrgica na tarde do dia 14, Domingo. Ao camarada os votos de rápidas melhoras.

O televisor que esteve em sorteio no almoço coube à senha com o número 198. •

A Comissão Administrativa

Viseu

Acto Eleitoral 2004/2006

Decorrido o acto eleitoral na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, muitas coisas haveriam para analisar, mas como mandam as regras do direito, é meu dever dizer que em Viseu podia e deveria ter sido outro o resultado da votação.

Apesar da área adstrita da Delegação ser muito dispersa e se terem que percorrer muitos quilómetros para votar, não é justificação para uma tão pouca afluência às urnas para aí depor o seu voto e com ele eleger aqueles que se entendem ser os mais capazes para governar a ADFA.

Viseu merecia mais, Viseu quer mais e é com legítimo direito que o exige. Votar é um dever de todos, não importa se votar em A ou em B, em xis ou épsilon, o que importa é votar, dizer presente e com isso dizer ao Governo que estamos vivos, actuantes com a Associação que é nossa e digna da confiança de todos!

Neste acto eleitoral bastava terem votado os sócios do concelho de Viseu para a votação ser muito maior e consentânea com o prestígio da Delegação. Ou será que os sócios

querem uma Associação sem voz, situada num quarto andar alugado, com dívidas e com uma imagem deprimente? Se é isso que a família deficiente militar quer para Viseu, não contem comigo nem com os órgãos desta Delegação. Queremos uma Associação para todos, virada para a frente, mas em que todos têm que participar. Temos casa própria, imagem, respeito e é com a dignidade devida que queremos continuar. Mas se é para ser assim não vale a pena, porque não foi, nem é este, o projecto associativo em que me quero envolver, porque um projecto para o ser, tem que ser com a participação de todos. Haverá que realçar as pessoas deficientes de Armamar, Arganil, Serra da Estrela, Guarda e Vilar Formoso, zona de Pinheiro de Lafões, Carregal do Sal, Tondela e mais outras de bem longe, que quiseram dizer presente e estar com a Associação ADFA, que defende e garante os nossos direitos, deixando a preguiça de lado!

Para os que faltaram por estarem impossibilitados, doentes ou hospitalizados como o António Pais, membro da Direcção,

que votou no leito do Hospital, em Viseu, vão, para todos, os mais sinceros votos de rápidas melhoras e uma óptima recuperação, pois por experiência própria sabemos que estar doente é sempre muito chato, mas para quem tem o peso da deficiência, mais chato e difícil se torna!

Como em tudo na vida, temos que ter fé e esperança num amanhã melhor e penso que quem esteve com Viseu, pelo que presenciou, para a próxima vamos estar juntos a conviver e com certeza vamos ser muitos mais. Basta que todos nos mentalizemos que temos que comparecer, participar nos actos eleitorais e nas acções que a Associação realiza!

A ADFA somos todos nós, nós; todos os sócios têm o dever de participar nas decisões associativas para que amanhã se sintam felizes e realizados por estarem com a Associação, na defesa e actualização dos seus direitos. Não chega só perguntar, é preciso participar e actuar sempre! •

João Gonçalves

Viseu, a minha terra natal

Barreiras das Mentalidades Custam Mais a Remover. As Câmaras Municipais - a de Viseu é uma delas -, fazem menos do que aquilo que deveriam pelo cidadão deficiente. "Andamos todos a aprender". Mas "as barreiras mais difíceis de remover continuam a ser as das mentalidades".

Fernando Ruas falava no Salão Nobre da Câmara Municipal, no âmbito do Projecto "A Cor do Natal", que envolveu pessoas com deficiência de várias localidades do País.

De "A Cor do Natal", projecto que envolveu concursos de pintura e desenho, destinados a artistas com deficiência, amadores e profissionais, "saiu o postal de Natal do Município", uma das formas de "estimular", valorizar e promover o talento, capacidades criativas e artísticas das pessoas com deficiência, tornando-as visíveis junto dos responsáveis e público em geral", frisou

Fernando Ruas.

Nas coisas da solidariedade "não se devem fazer contabilizações. No entanto, se as fizessemos daríamos conta de que nós é que somos devedores pelos trabalhos que fizeram", concluiu.

"Muito emocionada", a presidente da ANACED, Cristina Fontes, congratulou-se com a iniciativa, "atendendo ao destaque dado a cidadãos que normalmente são esquecidos, silenciados e branqueados da vida pública".

Elogiou e incutiu forças a todos os que trabalham com as pessoas diferentes, e disse que a "nobreza desta acção toca-nos pela sua exemplaridade, por ser praticamente a única Câmara do País que foi capaz de, genuinamente, nos dar este espaço de representação. Não tenho palavras para agradecer", sublinhou.

Na "realidade, Viseu, foi a única Câmara

que se lembrou das Pessoas com Deficiência, com tanta visibilidade".

Esta acção da Câmara Municipal de Viseu inseriu-se no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência-2003. Estiveram presentes diversas instituições e foram presenteadas todas com prendas de Natal: Associação de Apoio ao Deficiente de Gondomar, Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, Centro de Acção Social de Ílhavo, Cerci Lisboa "Passo a Passo", Cerci de Pombal, Associação Nacional de Arte e Criatividade de e Para Pessoas com Deficiência, Cerci de Peniche e Núcleo regional do Alentejo Litoral; de Viseu, ACAPO, APPACDM, APPC, Associação de Deficientes das Forças Armadas, Associação Nacional de Espondilite Anquilosante, Trissomia 21 e Internato Vítor Fontes. •

João Gonçalves

Castelo Branco

Almoço de Natal



Realizou-se a 13 de Dezembro, com cerca de 80 presenças, entre associados, familiares e amigos, o almoço de Natal da Delegação, o qual teve também a participação honrosa do presidente da APD Associação Portuguesa de Deficientes - Castelo Branco que proferindo breves palavras ao lhe ser entregue uma placa alusiva ao evento, agradeceu o convite e manifestou o desejo de uma maior aproximação entre as duas entidades. •

A Comissão Administrativa

Acto eleitoral

O passo foi dado, o acto eleitoral em Castelo Branco decorreu sem percalços. E se numa (demasiado) rápida análise aos resultados se pensar que a votação não foi expressiva, quem pensar melhor verificará que essa não foi a realidade, já que foi estimulante ver sócios que se deslocaram de Alferrarede e de Belmonte para votar, localidades que se distanciam de cerca de uma centena de quilómetros das urnas.

Se, na verdade, a Delegação estava em coma, com os sinais vitais muito fracos, agora começou a respirar sem apoio de máquinas e a dar as primeiras esperanças de recuperação. Devem ficar satisfeitos os que cumpriram o seu dever, mas os que se isentaram de votar não devem, de forma nenhuma, ficar inibidos de aparecer na nossa sede, pois essa página foi arrancada.

Agora é tempo de começar a trabalhar, pelo que pedimos a todos, mas a todos os sócios da Delegação, que contribuam para o fortalecimento que se deseja da nossa casa.

A todos os sócios, e seus familiares, desejamos um Próspero Ano Novo. •

A Comissão Administrativa

Gazeta do Interior

A "Gazeta do Interior" teve a amabilidade de se referir ao acto eleitoral na Delegação, com um artigo em que, para além da relação nominal dos elementos eleitos, transcreve algumas palavras do novo presidente da Direcção, associado João Carmona. •

Donativos

Nunca é demais fazer referência à situação em que vive a família da D. Laurentina, no meio da serra e em condições deploráveis! É verdade que muita gente vive mal, mas nestas condições, não conheço! E custa muito ver assim sofrer!

Os donativos que nos chegaram este mês são as seguintes: Mário Lemos, 150,00 euros; Álvaro Lopes, 73,25 euros; Amadeu Carvalho, 20,00 euros, Anónimo, 15,00 euros. •



António Carreiro
Presidente da MAGN
Associado n.º 1334



Couto Ramos
1.º Sec. da MAGN
Associado n.º 234



Manuel Ferreira
2.º Sec. da MAGN
Associado n.º 3144



Patuleia Mendes
Presidente da DN
Associado n.º 519



Artur Vilares
1.º Vice-Presid. da DN
Associado n.º 8626



Mano Póvoas
2.º Vice-Presid. da DN
Associado n.º 252



Santa Clara Gomes
1.º Sec. da DN
Associado n.º 14170

Tomada de posse dos novos dirigentes nacionais

Seriam cerca das 15H30 do passado dia 6 de Janeiro quando começaram a chegar, à Sede nacional da ADFA, as entidades convidadas para a cerimónia de posse dos elementos dos órgãos sociais nacionais e dos presidentes das MAG das Delegações, de que destacamos os Secretários de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, da Segurança Social, Teresa Caeiro e do Trabalho, Miguel Pais Antunes, o deputado representante do Grupo Parlamentar do PSD, o Presidente da Liga dos Combatentes, os representantes dos Chefes dos Estados Maiores General das Forças Armadas, da Armada, do Exército e da Força Aérea, os Director e Subdirector da Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar/MDN, a Secretária Nacional de Reabilitação, os representantes do presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de várias organizações de e para deficientes.

Pelas 16 horas, no Salão Nobre, repleto de associados de todo o país, teve início a cerimónia com a alocação do presidente interino da MAGNE que centrou as suas palavras na

evocação da figura do recentemente falecido Presidente da MAGN, Jorge Maurício: "O promissor oficial de Infantaria tornou-se num grande deficiente de guerra, mas a carreira não terminou ali. A vida de caserna ficou de lado, mas tornou-se combatente de outras guerras. O seu quartel passou a ser a ADFA, a sua missão passou a ser a defesa dos direitos dos deficientes militares, com particular atenção para a sua reabilitação".

A terminar a sua intervenção, José Diniz pediu que o acompanhassem num minuto de silêncio em homenagem ao "nosso Presidente, ao coronel Jorge Maurício", momento de grande emotividade e respeito, seguido por toda a assistência de pé.

Em seguida deu-se a transmissão de poderes da MAGNE cessante para a nova MAGN, que assumiu então a presidência da cerimónia.

Tomando então a palavra, o novo Presidente da MAGN, António Carreiro, começou por referir as razões associativas da candidatura e sociais em prol dos mais desprotegidos, tecendo seguidamente algumas



Momento em que a nova MAGN toma posse

considerações sobre o que entende ser o papel da MAGN no contexto associativo, que "... não é, a nosso ver, de muito protagonismo e intervenção. As competências dos órgãos estão

"... e o momento último da verdade vai ter que ser exactamente agora!"

Entrevista com o Presidente da Direcção Nacional

Na sequência da cerimónia da sua tomada de posse, o ELO entrevistou o Presidente da Direcção Nacional (PrDN), para, de viva voz, clarificar alguns dos aspectos do programa eleitoral dos novos órgãos sociais nacionais, plebiscitados em 29 de Novembro passado.

Entrevista conduzida por José Manuel Saude

ELO - Após a sua intervenção na sessão solene que acabou há pouco, que no mínimo se poderá considerar emotiva e sentida, será que poderemos agora tentar, digamos, uma maior sistematização do nela contido, talvez pela abordagem das cinco grande questões incluídas no v programa eleitoral, começando pelo vector I, "Associativismo"?

PrDN - O associativismo, tal como se pôde constatar ainda há pouco, vive na ADFA níveis de participação assinaláveis, tendo em conta até a desmotivação generalizada que invadiu a nossa sociedade.

Embora com aderência crescente de associados nas actividades realizadas no último mandato, como nas acções levadas a efeito pelas Delegações, nas Assembleias Gerais de Leiria e do Centro de Congressos de Lisboa e, mais recentemente no próprio acto eleitoral, é objectivo desta direcção nacional, em conjugação de esforços com as direcções das Delegações,

desenvolver ainda mais a presença activa dos associados e das suas famílias, nos eventos em que isso é possível, para que se reforce a nossa coesão e se reconfirme a nossa força.

O momento que vivemos é difícil, há direitos postos em causa, como o da assistência médica e medicamentosa, por parte das estruturas de saúde militar, questões legislativas cujo tratamento e resolução se encontram emperrados, o que nos obriga a todos, dirigentes nacionais, das delegações e associados em geral, a cerrar fileiras. Vem aí uma estratégia de acções reivindicativas, que nos deverá mobilizar a todos, para que haja definição clara das posições do Governo e da Instituição Militar, em relação ao que está a ser bloqueado ou retirado, como o direito inalienável ao uso do apoio de saúde da ADME, e a reposição e criação de níveis de justiça que não lancem os deficientes militares, a curto prazo, para as margens da exclusão.

Transmitimos assim um sentimento de alerta geral, para a provável necessidade de uma rápida mobilização, quer através de acções, localizadas e descentralizadas, pelas Delegações, quer para acções de maior vulto, designadamente na próxima Assembleia Geral Nacional Ordinária e no 30.º aniversário da ADFA, em meados de Maio... quer em qualquer outra realização posterior de maior impacto público e nacional!

ELO - E quanto ao vector II, "Reorganização estrutural, orgânica e administrativa"?

PrDN - A ADFA tem um peso demasiado elevado na sua "máquina", que lhe emperra movimentos e, por consequência, lhe promove inércias. Há, por isso, que criar condições para que a estrutura esteja cada vez mais perto dos portadores de maiores deficiências, aqueles que mais carecem de apoio próximo, simplificando e tornando mais eficaz esse mesmo apoio pela Associação, definindo-se objectivamente onde ele é mais necessário, não se descurando, porém, os problemas da interioridade e da insularidade, sentidos sobretudo nos campos da saúde e social.

Havendo que adequar a estrutura às necessidades, isso obriga a um debate associativo generalizado, que passa obrigatoriamente por uma revisão estatutária que promova a mu-



dança e a actualização do nosso ideário e das nossas orgânica, gestão e estrutura, às realidades do século XXI.

Em boa verdade, uma tarefa de todos!

ELO - Em relação ao vector III, "Estratégia reivindicativa", área sempre tão problemática e sensível?

PrDN - Entendemos que um bom operacional não é aquele que, em situações difíceis e



Sérgio Azougado

2.º Sec. da DN
Associado n.º 12183



José Pavoeiro

3.º Sec. da DN
Associado n.º 8617



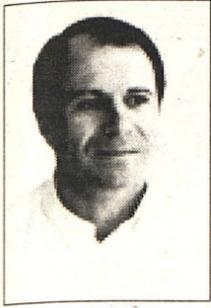
Armindo Matias

Tesoureiro da DN
Associado n.º 53



Guedes da Fonte

Presidente do CFN
Associado n.º 2943



Cotrim Viana

Secretário do CFN
Associado n.º 2429



Sá Pereira

Relator CFN
Associado n.º 14759



José Camilo

1.º Vogal do CFN
Associado n.º 584



Fernando de Sousa

2.º Vogal do CFN
Associado n.º 210

bem definidas e à MAGN compete, acima de tudo, pugnar pela unidade e pela coesão associativa, não devendo, amiudadamente, intervir nas questões do dia a dia, sem prejuízo de total disponibilidade para, mesmo informalmente, expressar a sua opinião sobre questões em que o consenso associativo seja relevante."

Procedeu-se então à posse dos restantes órgãos eleitos, ou seja, Lista Autónoma do Conselho Nacional, Direcção Nacional e Conselho Fiscal Nacional, para além das Mesas de Assembleia Geral das Delegações, sendo que estas irão agora dar posse às respectivas Direcções e Conselhos Fiscais.

Terminado este acto, teve lugar uma pequena sessão solene presidida pelo Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes.

Numa intervenção extremamente emotiva, por vezes a raiar a exaltação, o novo presidente da DN, Patuleia Mendes começou por reconhecer um novo mandato tremendamente difícil, já que, perante tantas medidas ainda por tomar e tantos direitos ainda não respeitados, a par de tantas promessas feitas e tantas ainda por cumprir, a esperança deu, em tantos deficientes militares, lugar à desconfiança, e não só perante o Governo, já que considera que 10% de votos em branco nestas últimas eleições associativas, são um cartão amarelo à gestão anterior e à sua relação com o Poder instituído.

Recordando que o actual Governo completava precisamente 21 meses nesta altura, recordou também o Presidente da DN as várias ocasiões em que, em eventos ligados à ADFA, foram feitas promessas directas pelos responsáveis, nomeadamente pelo próprio Henrique de Freitas, quanto a concretizações e melhorias antes do fim do seu mandato, pelo que já se esperaríamos indicações e actos concretos, até porque os deficientes militares, especialmente os grandes deficientes, esses, não podem esperar mais.

"Inacreditável!" foi, por exemplo, uma das expressões utilizadas por Patuleia Mendes quer ao referir-se à questão dos cartões ADME, quer à actuação da Caixa Geral de Aposentações.

O presidente da DN teve ainda outras intervenções de fundo, que estão explicitadas na entrevista publicada também nestas páginas do ELO.

De improviso, e dizendo não poder fugir ao "convite" do seu amigo Patuleia Mendes quando este disse que "está na altura!", Henrique de Freitas recordou as várias ocasiões em que já estivera na ADFA, bem como quantas sessões de trabalho conjuntas, afirmando que certamente os deficientes militares não iriam esperar mais tanto tempo quanto já haviam esperado, pela resolução dos seus problemas, nomeadamente no respeitante ao Estatuto do



Aspecto da assistência na tomada de posse

Deficiente Militar e ao Lar Militar, dois dos casos que estão nas preocupações prioritárias deste Governo. Lembrando ser filho de militar, o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes afirmou não poder esquecer o que os deficientes militares, nomeadamente os grandes deficientes, alguns dos quais haviam tomado posse de cargos momentos antes, significavam na história recente do País,

compreendendo também perfeitamente a forma acalorada como o Presidente da DN apresentava, e defendia, a posição reivindicativa da ADFA, sendo que ele próprio apelava aos diversos Órgãos Sociais, que aproveitava para saudar, para que se não deixem esmorecer.

Encerrada a sessão, seguiu-se nas instalações do bar da Sede um Porto de Honra. •

JMS

complicadas, dispara sem nexos e para onde está virado, mas sim aquele que sabe segurar a folga do gatilho, e só usa a arma se for necessário e apenas quando o é mesmo. Acontece que estando a ADFA há três anos com o dedo a suster tal folga, a paciência se esgotou, tendo que se passar à acção!

Reuniões, audiências, propostas escritas, de tudo se fez durante todo um mandato para que tão pouco êxito legislativo se tenha alcançado. Três equipas diferentes no Ministério da Defesa não podem constituir justificação para tão magros resultados, tanto mais que a actual já está com 21 meses de permanência.

De palpável, viu-se clarificada a situação das viúvas beneficiárias de Pensão de Preço de Sangue e já regulamentada a lei da contagem do tempo de serviço militar, para os que serviram, basicamente, em Angola, Moçambique e Guiné, embora, e dado que o correspondente diploma ainda não foi publicado, não possamos ainda garantir que tal regulamentação elimina, mais uma vez, as persistentes "dúvidas" da Caixa Geral de Aposentações, já comunicadas a alguns deficientes militares, sobre a normal acumulação do tempo de serviço militar aos seus descontos, já efectuados, para efeitos de reforma ou aposentação, conforme determina o art.º 8.º da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro.

Em boa verdade, continuamos a ter como certas os compromissos assumidos pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional, no 28.º aniversário da ADFA, em Famalicão, e do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, no 29.º, na Sede Nacional, mas cientes da crise que se atravessa, não queremos acreditar que ela se estendeu à real prova do cumprimento da palavra dada.

Até ao início de 2001 ainda existia uma

estrutura, o Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas - CCADFA que, reunindo nas instalações do MDN, presidido por um representante do respectivo ministro e integrando delegados dos três Ramos e da ADFA, equacionava as questões que, em forma de proposta, eram levadas a conhecimento superior. O grave é que o CCADFA nunca mais foi convocado, nem foi encontrada forma alternativa de, com sistematização, concitar convergência de pontos de vista, em matéria legislativa e de saúde, por parte das entidades que ali tinham assento. E isto, a nosso ver, não tem contribuído, antes pelo contrário, para um mais célere, até mesmo apenas razoável, andamento das nossas reivindicações.

Sendo que as prioridades expressas no programa eleitoral foram extraídas do documento que, aprovado na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 28 de Junho passado, ditou um compasso de espera dado ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, o qual expirou no final de 2003, a estratégia consequente só pode ter duas vertentes possíveis: ou há garantias imediatas de solução das questões pendentes e prioritárias ou, cumprindo a deliberação da AGNE, seguiremos o caminho reivindicativo adequado e desenhado pela Direcção Nacional, em consonância com as Delegações, ouvidos o Conselho e a Assembleia Geral nacionais, na certeza de que se seguirá o rumo que os associados ditarem, por mais difícil e politicamente incorrecto que ele se mostre!

ELO - Quanto à "Reabilitação", que subdividiram em "Saúde militar" e "Apoio social"?

PrDN - A saúde militar está em fase de

análise, para sofrer uma profunda remodelação. Mas, independentemente disso, há problemas de hoje que não se compadecem com tais delongas, já que prejudicam gravemente o dia-a-dia dos deficientes militares com incapacidades mais profundas, e quero referir especialmente a questão mais séria do momento, que é a não renovação de cartões da ADME, cuja emissão não está a ser efectuada, relativamente aos pedidos apresentados desde Maio do ano passado. Perfeitamente inconcebível!

Reprovando embora o atraso no pagamento das participações aos associados e à própria ADFA (cujo último reembolso se reporta a Junho de 2002), já não podemos admitir, de forma alguma, que, após diligências e contactos com os serviços respectivos e a sua direcção, a ADME esteja a privar de cuidados de saúde e aquisição de medicamentos tantos deficientes militares, sobretudo os portadores de deficiências de vulto e que por isso sobrevivem, quantas vezes longe dos hospitais militares, graças ao acompanhamento médico e medicamentoso, na interioridade ou na insularidade das suas localidades de residência, não devendo ser esquecido que os portadores de próteses de membros inferiores ou superiores, assim como os utilizadores de cadeiras de rodas, não conseguem subsistir sem a prestação, imprescindível, de tais meios auxiliares de apoio. Estamos a levar o problema ao mais alto nível do Estado Maior do Exército e do Ministério da Defesa Nacional, para que esta vergonha e desrespeito não deixem de segregar os deficientes militares, com a agravante deste estado de coisas se ter verificado durante o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, o que constitui uma perfeita desonra para o prestígio do Exército e do Estado portugueses.

Por outro lado, o Lar Militar, que até no nome continua a ser militar, poderá dar, deveria dar, um vigoroso impulso à moralização do intrincado sistema das próteses, reconvertendo-se, reestruturando-se e ampliando-se, para que, de forma eficaz, possa responder às solicitações que lhe estavam cometidas e que, mais de trinta anos depois da sua abertura, ele pode, no limiar do III milénio, ainda abarcar.

A ADFA, neste processo complexo de levar o bem estar e a saúde mais perto dos deficientes, direitos que se devem encontrar juntos, está a aguardar, para os dias próximos, audiências nas Secretarias de Estado da Defesa e da Segurança Social, para cimentar a busca de parâmetros para parcerias que, com os Ministérios da Defesa, da Saúde e do Trabalho e Segurança Social, conjuguem esforços nesse sentido, entre a ADFA e, por exemplo, a Cruz Vermelha Portuguesa, e/ou o Instituto de Acção Social das Forças Armadas, e/ou a União das Misericórdias, e/ou qualquer das IPSS, ... Nos tempos de hoje não podemos estar contra ninguém, mas com todos!

Sabendo-se, por outro lado, que o protocolo que a ADFA assinou com o MDN não lhe permite ainda outras vertentes para além das da informação e divulgação da Rede Nacional de Apoio ao Estresse de Guerra e o acompanhamento dos militares e ex-militares afectados por aquela patologia, iremos insistir na nossa maior participação na mesma e, sobretudo, exigir que ela funcione em pleno, conforme a respectiva legislação impõe.

A presente vertente e a da reivindicação legislativa constituem os principais pontos de honra destes órgãos sociais nacionais, os quais,

conclui na pág. 11

ADFA na Guarda

Encerramento do AEPD/2003

Decorreu em três de Dezembro na Guarda, a cerimónia de encerramento do "Ano Europeu das Pessoas com Deficiência - 2003" (AEPD/2003), a nível da respectiva Comissão Distrital de Coordenação, a que esteve presente, em representação da presidente da Comissão Nacional, Cristina Louro, o presidente da Direcção Nacional da ADFA, tendo tomado lugar na mesa da sessão de abertura ao lado do governador civil, do vice-presidente do Grupo Parlamentar do

PSD, do presidente da Assembleia Distrital da Guarda e do director do Centro Distrital da Segurança Social.

O evento foi ainda abrilhantado por intervenções culturais de diversas organizações para a área da deficiência do distrito.

Na ocasião, o jornal "Terras da Beira" entrevistou Patuleia Mendes, na qualidade de representante da Comissão Nacional, tendo sido abordadas questões tão pertinentes como a da discrepância entre a legislação social



Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

portuguesa, uma das mais avançadas da União Europeia, e a péssima prática existente, que coloca o país na cauda dessa mesma Europa, pondo em evidência final a ideia expressa de que "É inadmissível que no dia um de Janeiro de 2004 as coisas continuem como estavam no dia um de Janeiro de 2003. É essa a intenção: despertar para que se continue a trabalhar na igualdade de oportunidades".

ADFA em Roma

União Europeia encerra AEPD/2003

Decorreu em Roma, em cinco, seis e sete de Dezembro, a conferência de encerramento do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, onde se deslocou, em representação da presidente da Comissão Nacional de Coordenação do AEPD/2003, Cristina Louro, o presidente da Direcção Nacional da ADFA,

Patuleia Mendes.

Durante estes 3 dias, e com a presença das mais altas entidades quer do governo de Itália, país que presidiu à União Europeia no 2º semestre de 2003, quer dos vários organismos da UE, decorreram várias conferências em que se debateram os grandes

problemas que levaram à instituição do ano consagrado ao deficiente, bem como se analisaram resultados do mesmo e se perspectivaram acções futuras.

O evento terminou com a cerimónia da passagem da Presidência do Conselho da UE da Itália para a República da Irlanda.

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Comemorações em Ramalde

A Junta de Freguesia de Ramalde assinalou o Dia do Cidadão com Deficiência, associando-se desse modo às comemorações do ano europeu, com a realização no dia 1 de Dezembro de um programa que compreendeu uma componente desportiva e outra cultural.

Esta Entidade pretendeu realçar a importância que a sociedade deve dar às pessoas com deficiência.

autoria de utentes do Centro de Actividades Ocupacionais. Também foi feita a divulgação da nossa Associação.

Esta iniciativa contou com a presença de Associações, Instituições e Autarquias do Distrito do Porto. Tal evento teve como propósito a sensibilização da população em geral para esta problemática e ainda para demonstrar o trabalho válido das pessoas com deficiência.

Costa.

Tal como já foi noticiado no Jornal ELO, também os utentes daquele Centro de Actividades, Pinheiro e Antunes, foram distinguidos no concurso de fotografia realizado no mesmo âmbito.

Aos premiados serão entregues as distinções em cerimónia a realizar e a ser presidida pelo Governador Civil do Porto.

Feira - Venda de Natal

A Delegação do Porto participou na feira de venda de Natal realizada pela Comissão Distrital do Porto e que teve lugar no Mercado Ferreira Borges nos dias 5, 6 e 7 de Dezembro.

Naquela feira foram apresentados trabalhos de pintura, cerâmica e escultura da

Premiados no Concurso de Pintura

Decorreu no âmbito da Comissão distrital do Porto um concurso de pintura, tendo participado diversas instituições, entre as quais a ADFA que apresentou trabalhos da autoria dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais.

Entre os premiados pelo júri de selecção estão pinturas executadas pelos associados Manuel Bessa, Joaquim Branco e Fernando

Município da Maia

A Câmara Municipal da Maia levou a cabo um programa no âmbito do Ano Europeu, com acções de sensibilização de rua, colóquios e um concurso de artes plásticas.

Este programa visou, tal como está a acontecer noutros municípios, alertar a sociedade para a necessidade de encarar a pessoa com deficiência como cidadão de pleno direito.

Entrevista com o Presidente da DN

conclusão da pág. 9

sabendo que nada se consegue sem esforço, estão seguros de que, com o apoio transparente dos associados, vão derrubar as montanhas postadas no caminho dos nossos direitos!

ELO - Finalmente, e para terminarmos a referência ao programa, quanto a "Relações externas", quer no panorama nacional quer internacional?

PrDN - No mandato anterior foram nossos lemas, "Abrir, Inovar e Consolidar", e parte significativa desse objectivo foi conseguida. Importa agora colocar a ADFA em posição coerente, em relação aos movimentos associativos dos deficientes e dos antigos combatentes portugueses, tal como se deverá analisar a nossa eventual participação na recém-criada Federação das Associações de Deficientes de Língua Portuguesa, de harmonia com orientações precisas dos seus órgãos competentes.

Entretanto, e já nesse sentido, intensificamos os contactos com os deficientes militares dos PALOP, ainda que, e em relação aos países africanos irmãos, nos preocupamos mais profundamente com os camaradas que adquiriram as suas incapacidades ao serviço das nossas Forças Armadas, garantindo-lhes o apoio

possível para a sua vinda a Portugal, quer para tratamento, quer para o desenvolvimento dos processos de reconhecimento como deficientes militares, priorizando os casos dos grandes deficientes, como já se encontra estabelecido com o Núcleo do Maputo, em relação aos ex-militares de Moçambique.

Por outro lado, a troca de experiências com organizações congéneres da FMAC, continuará a constituir um intuito importante, pelo que manteremos os habituais contactos com essa estrutura mundial de antigos combatentes e vítimas de guerra, participando, sempre que possível, nas suas reuniões estatutárias.

Assim, a todos os níveis, nacional e internacional, prosseguiremos o lema "Abrir, Inovar e Consolidar", sobretudo no relacionamento com todas as instâncias públicas, quer sejam de carácter político, autárquico, administrativo ou associativo.

ELO - Em relação ao mandato anterior, o que ficou então por resolver e que reclamações foram recebidas dos associados?

PrDN - As grandes questões não resolvidas, e razão de reclamação justa dos associados, resumem-se primordialmente a situações de

carácter legislativo e administrativo, estando já anteriormente evidenciadas. De qualquer modo, de entre elas posso realçar as seguintes: a publicação do Estatuto do Deficiente Militar; o problema, absurdo, dos DFA que passaram à situação de pensionistas no posto de furriel; a classificação, como ocorridos em serviço, dos acidentes acontecidos nas zonas operacionais, com reconhecimento dispar, nalguns casos de deficientes originados pela mesma acção militar, como uns em campanha e outros em serviço; a extensão, aos DFA do SMO, de evolução que lhes aplique os benefícios do decreto-lei n.º 134/97, de 30 de Maio; a acumulação do tempo prestado antes do serviço militar e, durante este, com os descontos efectuados para a reforma e aposentação, por parte dos deficientes militares; o atraso, injustificável, na renovação de cartões da ADME; finalmente, a inadmissível não aplicação aos DFA oriundos de praças, pela CGA e no ano de 2003, da sua equiparação indiciária aos militares da GNR, conforme determina o decreto-lei n.º 207/02, de 17 de Outubro.

ELO - A acabar, que mensagem quer deixar no início deste seu novo mandato?

Revista de Imprensa



"Todos têm traumas de guerra. Uns mais outros menos, mas cada um vive os fantasmas conforme pode. Um ser humano que passa uma guerra destas, em zona 100 por cento, tem um trauma a dobrar. Não há quem não esteja traumatizado com isto".

CM11Dez03

"Pedro Almeida, ex-pára-quedista de 26 anos (...) está ligado a uma máquina de oxigénio 24 horas por dia. (...) , foi-lhe diagnosticada, em Outubro passado, uma fibrose pulmonar que lhe está a afectar o coração. Um transplante dos dois pulmões e do coração é (...) a solução possível para o seu estado. Nesse sentido, o ex-militar (...) tem-se desdobrado em esforços para que o Governo português lhe dê uma ajuda, uma vez que tem quase a certeza de que a doença terá sido contraída na Bósnia ou em Timor-Leste, onde esteve em missões de paz".

Público15Dez03

"O Governo aprovou ontem o pagamento de pensões aos ex-combatentes emigrantes que não descontaram para a Segurança Social, anunciou o secretário de Estado da Defesa, Henrique de Freitas, acrescentando que os pagamentos começarão a ser efectuados em 2004.

(...) Ainda segundo o secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, os bancários, advogados, solicitadores e jornalistas que prestaram serviço militar nas antigas colónias passarão a ser integrados neste regime".

Público 23Dez03

"As gerações de militares profissionais e milicianos que fizeram as guerras coloniais, bem como os familiares e amigos que sofreram com eles, directa ou indirectamente, hão-de estranhar os mimos, as atenções e os mil cuidados que o país dispensa ao seu subgrupo Alfa. E talvez lamentem - ou apenas sorriam - pelo facto de, no seu tempo, a palavra stresse ainda não ter sido inventada".

Expresso27Dez03

PrDN - O Governo, pela acção do Ministério da Defesa Nacional, garantiu compromissos assumidos (e bem!) perante os prisioneiros de guerra e os antigos combatentes. Chegou a hora de olhar para o sector que falta para que, a nível militar, se promova, com justiça, o encerramento do "ciclo do Império".

Ainda acreditamos que, até às comemorações dos trinta anos do 25 de Abril e da ADFA, a Nação, até por aquilo que está a exigir aos militares portugueses na Bósnia, em Timor e no Iraque, e para que eles não se sintam sem segurança face a eventuais consequências nefastas dos riscos a que estão sujeitos, a Nação, dizia, encerre definitivamente, com a aprovação das medidas legislativas reivindicadas pela nossa Associação, o "dossiê" da Guerra Colonial.

A ADFA está a pôr em marcha uma série de acções para a execução das quais não só espera respostas do Governo, como também o empenhamento das delegações e a mobilização dos seus associados, pois só temos pressa porque já esperamos há muito... e o momento último da verdade vai ter que ser exactamente agora!

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



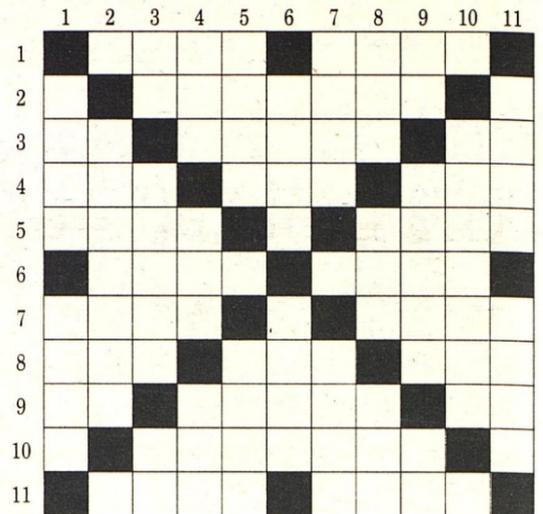
NOME CIENTÍFICO:

CAMELLUS DROMEDARIUS

NOME VULGAR:

CAMELO ESQUELÉTICO

TRANSPORTA OS REIS MAGROS EM ÉPOCAS DE GRANDE CRISE



HORIZONTAIS

1 - Zero; magnete. 2 - Cear no Natal. 3 - Antes de Cristo; pequena acção militar; artigo antigo. 4 - Seguiam; prefixo de ouvido; empunhei. 5 - Adorai; habilidade. 6 - Nome de homem; das asas. 7 - Gavinhas; o mesmo. 8 - pedras de moinho; Autometralhadora ligeira; onda. 9 - Existes; bolos de Natal; outra coisa. 10 - Ofertas. 11 - Filtras; nome de mulher.

VERTICAIS

1 - Nome de peixe; nome de letra (pl.). 2 - Montadas dos reis Magos. 3 - Antes de Cristo; Reis do Presépio; poeira. 4 - Pena; seguias; quartel perto de Bissau. 5 - Pequeno; ambientes. 6 - Situado; deus egípcio. 7 - Elemento químico; ala. 8 - Progenitora; acola; tempero. 9 - Atmosfera; charrua; marca de tabaco. 10 - O que guiou os Reis Magos. 11 - Combine; baú.

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Nada; íman. 2 - Coas; Oligo. 3 - Consoar. 4 - AC; raide; el. 5 - Amari; arte. 6 - Egas; alar. 7 - Elos; ídem. 8 - Mós; AML; ola. 9 - Es; broas; al. 10 - Prendas. 11 - Coas; Oligo.

VERTICAIS

1 - Rata; emes. 2 - Camelos. 3 - AC; magos; pó. 4 - Dor; ias; Bra. 5 - Anão; ares. 6 - Sito; Amon. 7 - Iodo; lado. 8 - Mãe; ali; sal. 9 - Ar; arado; SG. 10 - Estrela. 11 - Alie; mala.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Oxford AC	10.009,85	13.950,48
1.4 Highline	12.181,61	19.237,80
1.4 TDI Oxford AC	12.239,26	19.630,84
1.2 3 litros	11.744,37	17.041,13
Polo		
1.2 Conceptline 3p	9.764,91	14.716,51
1.2 Conceptline 5p	10.010,38	15.008,62
1.4 Highline 5p	12.807,96	19.983,16
1.4 Highline Cx. Autom.	13.751,59	21.106,08
1.4 TDI Confortline AC	14.257,33	22.032,35
Golf		
1.4 Confortline 5p	13.839,41	21.389,08
1.4 Conceptline JE/AC	15.240,92	23.056,88
1.9 TDI Confortline AC	16.013,59	29.106,59
1.9 TDI Generation	16.405,38	29.572,82
1.9 TDI Confor Tiptronic	16.533,10	29.689,11
1.9 TDI Genet Tiptronic	17.307,33	31.241,14
1.9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.695,22
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.397,42
1.9 TDI Sport Genr Tiptronic	20.387,94	34.312,07
Golf Variant		
1.4 Confortline JE/AC	15.787,14	23.706,88
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.757,93
1.9 TDI 130 cv AC Confort	16.557,89	29.754,31
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	17.962,35	31.425,61
1.9 TDI 130 cv Spot Gener	19.425,84	33.167,17
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	20.531,73	34.483,18
Bora		
1.4 Confortline	16.254,35	24.252,86
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.223,15	31.736,57
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	19.593,56	33.366,75
1.9 TDI 130 cv Highline	20.702,46	34.686,34
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.785,14	35.974,73
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.300,27
Passat		
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.371,86	32.031,93
1.9 TDI 130 cv Confortline	20.640,88	34.732,06
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.595,44
1.9 TDI 130 cv Highline	25.009,07	39.930,21
1.9 TDI 130 cv Plus Tiptron	22.877,42	37.300,27
Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv Confortline	20.694,57	34.795,96
1.9 TDI 130 cv Confortline	21.859,67	36.182,42
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	22.585,21	37.045,82
1.9 TDI 130 cv Highline	26.367,73	41.547,02
Charan		
1.9 TDI Confort 7 lugares	27.277,86	38.269,18
1.9 TDI Tiptronic 7 lugares	28.972,46	40.285,75
Caddy		
1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92

AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Touran		
1.6 Basis 5 lug 115cv	18.272,18	28.762,48
1.9 TDI 100 cv 5 lug	18.894,62	32.524,54
1.9 TDI 100 cv 7 lug	19.415,79	33.144,74
2.0 TDI 136 cv 5 lug	22.379,80	37.401,90
2.0 TDI 136 cv 7 lug	22.900,97	38.022,09
Audi A2		
1.4 75 cv Attraction	14.094,12	21.448,00
1.4 TDI 75 cv Attraction	15.046,82	22.906,15
1.2 TDI 61 cv Attraction	17.736,28	24.106,77
Audi A3 Gasolina		
1.6 ATT 3P (Lançamento)	20.184,31	30.948,00
1.6 Sport (Lançamento)	21.310,36	32.288,00
2.0 Sport (Lançamento)	23.426,52	38.588,00
1.6 ATT 102 cv	18.306,16	28.173,00
1.6 Sport 102 cvP	20.575,07	31.413,00
2.0 FSI ATT 150 cv	20.975,07	31.173,00
2.0 FSI Sport 150 cv	23.243,98	38.533,00
Audi A3 Gasóleo		
2.0 TDI ATT 140 Cv	21.537,44	36.339,99
2.0 Sport 140 Cv 1.9	22.691,23	37.713,00
Audi A4 Gasolina		
1.6 102 cv	22.112,89	33.243,01
1.8 163 cv	26.393,72	40.223,01
Audi A4 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv cx 6	24.461,60	39.089,75
2.5 TDI 163 Cv	29.075,02	50.663,00
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	31.478,39	53.523,01
Audi A4 Avant Gasolina		
1.6 102 cv	23.280,96	34.633,01
1.8 163 cv	27.561,78	41.613,00
Audi A4 Avant Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	25.783,66	40.663,01
2.5 TDI 163 Cv	30.243,06	52.053,00
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	32.419,56	54.643,00
Audi A6 Gasolina		
1.8 T 150 Cv	31.183,63	46.042,00
2.4 170 Cv	32.708,89	54.062,01
Audi A6 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	31.624,00	47.732,01
2.5 TDI 163 Cv	33.604,44	56.172,01
2.5 TDI quattro 180 Cv	36.738,89	59.902,01
Audi A6 Avant Gasolina		
1.8 150 cv	32.839,09	48.012,00
2.4 170 cv	34.364,35	56.032,01
Audi A6 Avant Gasóleo		

OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Audi Allroad Quattro		
2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.806,12	67.122,01
2.7 T 200 Cv	50.155,45	77.642,00
Agila		
1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50
1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49
Corsa		
1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
1.4 GSI 3p	12.338,39	19.339,50
1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
Astra		
1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 5p Elegance	13.931,42	21.199,51
1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	20.959,50
1.7 DTI 4p Selection	13.216,93	20.395,00
1.7 DTI 5p Elegance	14.002,07	21.044,50
2.0 DTI 3p Sport	4.276,39	27.739,83
Astra Caravan		
1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
1.4 Selection	12.343,01	19.940,30
1.4 Sport	14.142,87	21.721,84
1.7 DTI Selection	13.778,96	24.011,00
1.7 DTI Sport	15.278,82	25.149,94
2.0 DTI Sport	15.305,80	25.014,83
Zafira		
1.6 6V	15.6700,57	25.459,50
2.0 DTI	15.893,76	29.774,50
2.0 DTI Elegance	17.078,63	31.245,50
2.2 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
Vectra		
1.6 Confort	15.956,87	25.764,50
1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
Omega		
2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
2.2 DTI Caravan Elegance	25.293,29	43.884,50
Caixas Automáticas		
Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

Benefícios para associados Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicao e do Nucleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvia - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazem geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clinica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61 85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clinica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensivo à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luis Claro, em Famalicao, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicao, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Ovisião - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvia, Clinica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicao.

Nos acordos com a Ovisião, com o oculista Ouroarte e com a Ovisião, basta apresentar cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 618 6540.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Acesso ao Parlamento de Pessoas com Deficiência

Resolução da Assembleia da República n.º 82/2003, de 9 de Dezembro

"Programa específico de favorecimento do acesso ao Parlamento e aos respectivos serviços pela parte de pessoas com deficiência ou incapacidade"

"A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, o seguinte:
1 - Associar-se ao Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, adoptando um programa específico de não discriminação, de integração plena e de igualdade de oportunidades, que promova o acesso a todos os edifícios que compõem a Assembleia das República, às actividades parlamentares e aos textos fundamentais da nossa ordem jurídica aos cidadãos portadores de deficiência ou para quem aquele acesso apresente dificuldades especiais."

Crédito Bonificado para Habitação

Decreto-Lei n.º 305/2003, de 9 de Dezembro

O presente diploma procede à revogação dos "regimes de crédito bonificado e crédito jovem bonificado, relativamente à contratação de novas operações de crédito, destinadas à aquisição, construção e realização de obras

de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria permanente, regulado no Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro".

Cartão de Segurança Social

Portaria n.º 1360/2003, de 13 de Dezembro

Aprova os modelos de cartão de identificação de segurança social pessoa singular e pessoa colectiva.

"O número de identificação de segurança social é constituído por 11 dígitos, sendo iniciado por 1 ou 2 consoante se trate, respectivamente, de pessoa singular ou de pessoa colectiva."

"Aos beneficiários e contribuintes actualmente identificados no sistema de segurança social que se encontrem em situação activa será oficiosamente remetido o cartão do modelo aprovado pela presente portaria, com o novo número de identificação de segurança social".

Actualização das Pensões

Portaria n.º 1362/2003, de 15 de Dezembro

"As prestações de invalidez, de velhice e de sobrevivência bem como as pensões de doença profissional dos subsistemas previdencial e de solidariedade são actualizadas nas condições previstas no presente diploma."

As pensões do regime geral de invalidez e velhice são actualizadas em 2,5%,

contudo o aumento das pensões tem como limite 50% do valor mínimo da pensão, ou seja euros 104,00, e as pensões cujo o valor seja igual ou inferior a euros 200,00, o aumento mensal das mesmas não pode ser inferior a euros 8,00.

O valor mínimo da pensão de invalidez e velhice é de euros 208,00.

As pensões de sobrevivência são actualizadas "por aplicação das respectivas percentagens de cálculo aos montantes das pensões de invalidez e de velhice".

O valor das pensões provisórias de invalidez é fixado em euros 151,84.

O quantitativo das pensões do regime especial das actividades agrícolas é fixado em euros 186,16 e o das pensões do regime não contributivo em euros 151,84.

O quantitativo do complemento por dependência dos pensionistas de invalidez, de velhice e de sobrevivência do regime geral é fixado em euros 75,92, nas situações do 1.º grau e em euros 136,66 nas situações do 2.º grau, enquanto que o quantitativo do complemento por dependência dos pensionistas de invalidez, de velhice e de sobrevivência do regime especial das actividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados é fixado em euros 68,33 nas situações de 1.º grau e em euros 129,06 nas situações do 2.º grau.

O valor mensal do complemento de pensão por cônjuge a cargo é de euros 31,45 e o do complemento extraordinário de solidariedade é de euros 14,46 para os titulares de prestações com menos de 70 anos e de euros 28,91 para os que tenham ou venham a completar 70 anos.

A advogada responde

Direitos por falecimento

"Sou DFA com 35% de desvalorização por problemas psiquiátricos. Sou actualmente administrador do condomínio do meu prédio, e gostaria que me esclarecesse uma dúvida que está a gerar conflitos entre os vizinhos e que é a de saber se os moradores do rés do chão do prédio, que tem oito andares, são obrigados a pagar as despesas com a manutenção dos elevadores, uma vez que alegam que nunca o utilizam."

No artigo 1421.º, n.º 2, alínea b) do Código Civil, o legislador presume que os ascensores, englobando no referido termo os elevadores que se destinam à deslocação de pessoas e os monta-cargas que se destinam ao transporte de objectos, são partes comuns do prédio, isto é, os ascensores presumem-se partes comuns do prédio até que seja feita prova em contrário.

Sendo uma parte comum do prédio, todos os condóminos devem participar em proporção do valor das suas fracções nas despesas necessárias à conservação e fruição dos ascensores.

No entanto, o artigo 1424.º, n.º 4 do Código Civil estabelece que nas despesas dos ascensores só participam os condóminos cujas fracções por eles possam ser servidas.

No caso concreto, a análise da situação terá de ser feita com ponderação. Se por exemplo, as habitações do rés-do-chão se encontrarem a um nível que torna o uso do elevador objectivamente inútil, pensamos que os referidos proprietários não deverão pagar as despesas relativas aos mesmos.

Situação completamente distinta será a dos condóminos do rés-do-chão não utilizarem os elevadores para aceder às respectivas fracções porque gostam de subir ou descer as escadas a pé.

Teríamos ainda que analisar se o prédio tem garagem, terraços no telhado e/ou sótãos, que possibilitem a estes condóminos o uso do elevador para aceder aos mesmos.

A disposição legal deverá assim e em nossa opinião, ser interpretada em sentido objectivo, só dispensando do pagamento das referidas despesas os condóminos cujas fracções não possam ser servidas pelos ascensores.

Inês Soares de Castro

Diploma do Mês

Cartão de Estacionamento para Pessoas com Deficiência

Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de Dezembro

Artigo 1.º

Cartão de estacionamento

1 - É aprovado o cartão de estacionamento de modelo comunitário para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade, reproduzido no anexo do presente diploma, do qual faz parte integrante.

2 - O cartão deve ser colocado junto ao pára-brisas dianteiro dos veículos em que se desloquem, de forma visível do exterior, sempre que estes se encontrem estacionados nos locais que lhes estão especialmente destinados.

Artigo 2.º

Pessoa com deficiência motora

Para efeitos do presente diploma, considera-se pessoa com deficiência motora toda aquela que, por motivo de lesão, deformidade ou enfermidade, congénita ou adquirida, seja portadora de deficiência motora, ao nível dos membros inferiores ou superiores, de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60%, avaliada pela Tabela Nacional de Incapacidades, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 341/93, de 30 de Setembro, desde que tal deficiência lhe dificulte, comprovadamente:

a) A locomoção na via pública sem auxílio de outrém ou sem recurso a meios de compensação, nomeadamente próteses e ortóteses, cadeiras de rodas, muletas e bengalas, no caso de deficiência motora ao nível dos membros inferiores;

b) O acesso ou utilização dos transportes públicos colectivos convencionais, no caso de deficiência motora ao nível dos membros superiores.

Artigo 3.º

Pessoa com multideficiência profunda

Para efeitos do presente diploma, considera-se pessoa com multideficiência profunda qualquer pessoa com deficiência motora que, para além de se encontrar nas condições referidas no artigo anterior, enferme cumulativamente de deficiência sensorial, intelectual ou visual de carácter permanente de que resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 90%.

Artigo 4.º

Legitimidade

1 - Podem usufruir do cartão de estacionamento as pessoas

cuja deficiência lhes provoque uma mobilidade reduzida, de acordo com o previsto nos artigos 2.º e 3.º.

2 - Podem, ainda, usufruir do cartão de estacionamento as pessoas com deficiência das Forças Armadas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, ou a elas equiparadas que sejam portadoras de incapacidade motora igual ou superior a 60%.

Artigo 5.º

Competência para emitir o cartão

1 - Compete à Direcção-Geral de Viação, através dos seus serviços descentralizados, emitir o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência.

2 - A Direcção-Geral de Viação deve assegurar o registo dos cartões que emite.

Artigo 6.º

Procedimento

1 - Para efeitos do disposto no artigo anterior deve o interessado ou quem o represente apresentar requerimento na direcção regional de viação da área da sua residência.

2 - No acto da entrega do requerimento, deve fazer-se prova da identificação e da residência mediante apresentação do bilhete de identidade e da condição de pessoa com deficiência motora ou de pessoa com multideficiência profunda, através de atestado médico de incapacidade multiuso, passado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 174/97, de 19 de Julho.

3 - Tratando-se de pessoas com deficiência das Forças Armadas ou das a elas equiparadas, a certificação do grau de incapacidade faz-se através do cartão de pessoa deficiente das Forças Armadas, emitido pelo Ministério da Defesa Nacional.

Artigo 7.º

Validade do cartão

O cartão é válido por um período de cinco anos, excepto se do atestado médico constar um período de validade inferior.

Artigo 8.º

Reconhecimento

1 - Os cartões de estacionamento para pessoas com deficiência, emitidos pelas autoridades dos restantes membros da União Europeia que aderirem à

Recomendação do Conselho n.º 98/376/CE, de 4 de Junho, são reconhecidos em Portugal.

2 - São igualmente reconhecidos em Portugal os cartões de estacionamento para pessoas com deficiência emitidos pelas autoridades dos países da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes e seus associados, de acordo com a Resolução CEMT n.º 97/4, aprovada em 22 de Abril.

Artigo 9.º

Utilização do cartão

1 - O cartão só pode ser utilizado em veículo que transporte efectivamente a pessoa com deficiência.

2 - A utilização indevida ou fraudulenta do cartão implica a sua imediata apreensão e suspensão por um período de um ano, podendo o mesmo ser apreendido definitivamente no caso de reincidência.

3 - São competentes para apreender o cartão as autoridades de investigação criminal ou de fiscalização do trânsito ou seus agentes.

Artigo 10.º

Locais de estacionamento

O estacionamento com utilização do cartão só pode verificar-se nos locais reservados para o efeito mediante a respectiva sinalização, exceptuando-se as situações de absoluta necessidade, em que o veículo pode estacionar em outro local e por curtos períodos de tempo, desde que não prejudique a normal e livre circulação de peões e de veículos.

Artigo 11.º

Normas transitória

Os dísticos de identificação de pessoa com deficiência motora emitidos ao abrigo da Portaria n.º 878/81, de 1 de Outubro, mantêm-se válidos até ao termo do prazo que deles consta.

Artigo 12.º

Revogação

1 - É revogada a Portaria n.º 878/81, de 1 de Outubro.
2 - É revogado o n.º VI-14 do anexo da Portaria n.º 890/2003, de 26 de Agosto, que estabelece a taxa de emissão de dísticos para pessoas com deficiência."

Rede de Cidades e Vilas acessíveis

A Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA), em colaboração com a Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação, a Associação Portuguesa de Deficientes e a Rodar, promoveu o Programa "Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos" com o intuito de dinamizar um conjunto alargado de cidades e vilas do país que manifestem vontade de quebrar as principais barreiras arquitectónicas e urbanísticas que perturbam a mobilidade de qualquer cidadão.

Uma comissão especializada de trabalho da APPLA, preparou um documento com 10 medidas simples, como condição prévia para os municípios integrarem a referida Rede de Cidades e Vilas para todos, uma vez que é difícil alterar hábitos e mentalidades de autarcas, construtores, comerciantes e todos aqueles que utilizam a via pública no seu dia a dia de trabalho.

Abolir as barreiras arquitectónicas, sociais e psicológicas, constitui um imperativo ético e social das sociedades modernas, no profundo respeito pela cidadania e usufruto do meio urbanístico, de modo a tornar as cidades e vilas adequadas a todos os cidadãos.

Há um elevado número de pessoas que diariamente se vê impossibilitado de frequentar locais públicos devido aos obstáculos existentes na via pública, bem como, dificuldades de acesso e circulação quer nas ruas quer nos edifícios públicos e privados. Idosos, deficientes, grávidas, mães com carrinhos de bebé, com carrinhos de compras, turistas com bagagens, crianças ou pessoas que num determinado período da sua vida se encontram debilitadas ou

incapacitadas temporariamente, representando cerca de 60% da totalidade da população.

O aumento da esperança de vida - dentro de 25 anos um quarto da população europeia tem mais de 65 anos - aliado à elevada sinistralidade que faz das nossas estradas autênticas fábricas de pessoas com deficiência, perspectivam um aumento de pessoas com mobilidade reduzida e os nossos parques urbanístico e viário não estão preparados para acolher estes cidadãos, impedindo-os de participar na vida social, económica e cultural.

O turismo terá, cada vez mais, de oferecer condições a estes cidadãos e ter em conta que, com o decorrer dos anos, mais pessoas nestas circunstâncias procuram os nossos hotéis, praias, ruas, parques culturais e comerciais. É obrigação de todos os cidadãos e principalmente dos que têm responsabilidades e poder de decisão nas várias vertentes da sociedade, permitir a inserção social e a melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas. Torna-se imperioso adoptar soluções técnicas de acesso e circulação no parque edificado e a construir, bem como, em todo o espaço exterior e vias públicas.

Pedro Homem de Gouveia, arquitecto especializado em acessibilidades e membro do Conselho Directivo da Ordem dos Arquitectos, diz-nos que:

a) As barreiras arquitectónicas acentuam a desigualdade de oportunidades no acesso à habitação, ao emprego, à educação, ao lazer e à participação na vida da comunidade.

b) O meio em que vivemos é totalmente projectado, construído e gerido pelo Homem e

tem, por isso, obrigação de responder às suas necessidades.

c) Um escadote que dá acesso à entrada dos edifícios equivale a uma placa que diz "proibida a entrada a pessoas com deficiência".

d) Criar acessibilidades é respeitar os Direitos Humanos.

É indispensável reforçar a sensibilização de todos aqueles que têm alguma influência na concepção de novos projectos e no desenho das nossas cidades, nomeadamente, técnicos do planeamento urbanístico e do território, da arquitectura e da engenharia civil, designers, paisagistas e urbanistas, de modo a terem sempre presentes os objectivos e parâmetros para a construção de cidades com mobilidade para todos.

Toda a autarquia que sinta a sua verdadeira responsabilidade cívica e social deve candidatar-se com uma área de intervenção que pretenda adaptar de acordo com os princípios do desenho inclusivo. Depois de concluída a tarefa e mediante avaliação, ser-lhe-á ou não atribuída uma "Bandeira Azul da Mobilidade". Muitas autarquias estão no seguimento e 14 delas já viram aprovadas as suas candidaturas: Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Vila Real, Chaves, Castelo de Paiva, Penafiel, Santa Maria da Feira, Leiria, Agueda, Setúbal, Portimão, Loulé, Moura e Cascais.

Fazemos votos para que outras autarquias sejam candidatas a esta Rede e consigam, brevemente, a Bandeira Azul da Mobilidade.

Os dez critérios de avaliação para

pertencer à "Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos" são os seguintes:

1. Os passeios devem ser devidamente dimensionados em largura e altura de lancil, assim como rebaixados nos acessos às passagens de peões;

2. Os pavimentos devem ser materiais de qualidade (evitar escorregamento...) e diferenciados na textura quando referentes a passagem de peões;

3. Deve haver continuidade de espaço público;

4. Deve haver uma especial atenção na localização dos obstáculos físicos nos passeios e na via pública (mupí's, papelarias, sinalética, bancos, candeeiros e mobiliário urbano em geral);

5. Existência de casas de banho públicas adaptadas;

6. Semaforização com sinais acústicos e dimensionados para o atravessamento de pessoas com mobilidade reduzida;

7. Sistema de transportes públicos colectivos tendencialmente adaptados;

8. Parques de estacionamento com espaços reservados a deficientes;

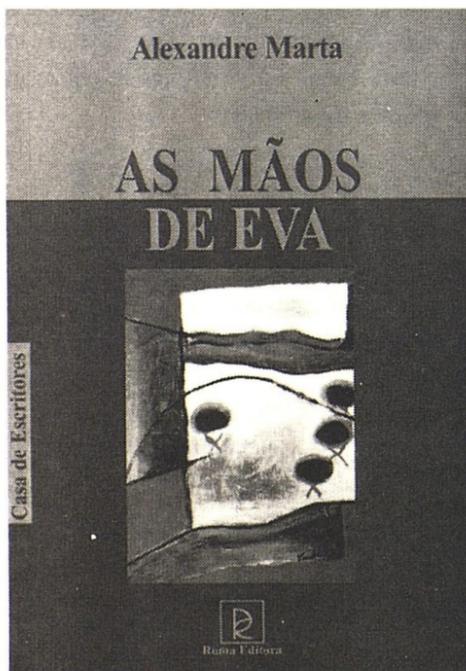
9. Total acessibilidade aos edifícios públicos (cota da soleira coincidente com a cota da rua, rampa ou dispositivos mecânicos);

10. Total mobilidade dentro do edifício (vãos das portas, átrios de entrada, corredores, balcões de atendimento, telefones, elevadores, instalações sanitárias de utilização geral).

António Capela Gordo

Livros

As mãos de Eva



Alexandre Marta já em 1999 surpreendera com o seu livro "A arma", que relata a sua

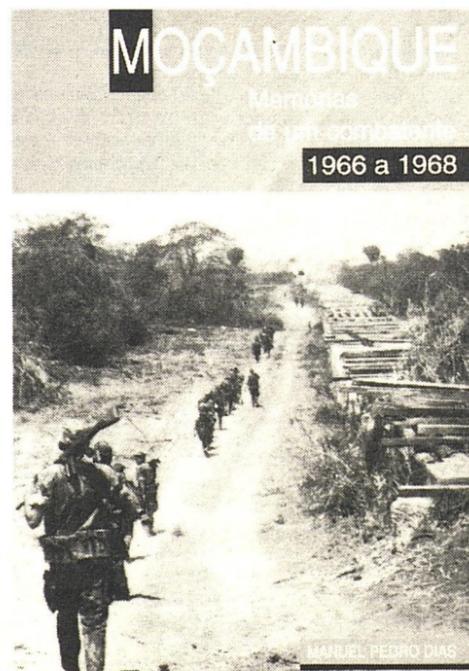
experiência como alferes miliciano em Angola.

Agora, em "As mãos de Eva", saído em Novembro último, o autor atreve-se a outros ambientes, ainda que, ousamos supor, sobre a influência de algo que recorda, trouxe, do tempo da guerra e que se terá prolongado pelas suas vivências civis (embora continuasse ligado ao meio militar), abordando o tema de uma forma muito particular e construindo uma estória de amor-saudade-obsessão que, dominando a personagem principal, permite ao leitor aperceber-se de uma forma gradual, e sem a pressão de uma queixa directa ou contínua, nos graves problemas, não só amorosos como sociais e profissionais, de um deficiente, afinal.

Obra, com prefácio do nosso associado António Neves, a não perder (Roma Editora, colecção Casa de Escritores), tanto mais que o direitos de autor revertem a favor da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

JMS

Moçambique - Memórias de um Combatente



Mais um título que vem engrossar a já numerosa bibliografia sobre a Guerra do

Ultramar ou Guerra Colonial. Trata-se da compilação das crónicas publicadas no Jornal do Exército, na revista "Batalhão" e outras inéditas que relatam a vivência do autor em terras de Moçambique entre os anos de 1966 a 1968, integrado no Batalhão de Caçadores 1891 como sargento miliciano.

É com estas memórias de antigos combatentes que se faz também a grande história de um período que centenas de milhares de Portugueses viveram e ainda sentem no corpo e na alma.

Manuel Pedro Dias, o autor e editor deste livro, já é nosso conhecido e amigo de há alguns anos, através da revista "Batalhão" que ele coordena e que tem divulgado a campanha do Batalhão de Caçadores 1891 em terras do Niassa e da Zambézia, bem como os convívios que tem realizado, e através da interessante obra "Aquartelamentos do Niassa", resultado de uma aturada pesquisa iconográfica que nos revela a quadrícula do efectivo militar que combateu naquela zona de Moçambique, conhecida na gíria da época por "Estado de Minas Gerais".

JD

"Histórias do Cavalo Azul"

Da autoria de Maria Prazeres Quintas Ferreira e com ilustração de Carla Sofia Martins, foi lançado no passado dia 10 de Dezembro, no auditório do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e em sessão patrocinada pelo respectivo Conselho Directivo, o livro "Histórias do Cavalo Azul",

que contou também com um Porto de Honra e uma breve actuação musical do Grupo de Jovens do Centro de Actividades Ocupacionais de São Silvestre da APPACDM de Coimbra.

A ADFA esteve representada pelo associado Sérgio Azougado.

VISITE O NOSSO.

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO

Opinião

Síndromas



José Maia

Presumo que muitos de nós já se interrogaram em alguns momentos sobre os verdadeiros motivos que levam determinadas pessoas a prestarem um verdadeiro culto a certas individualidades.

Até parece que estamos perante nova doença, "síndrome do culto da sobrevivência"

Há quem consiga explicações para tal praga, que por vezes atinge níveis espantosos. A explicação assentará em

termos evolucionistas. Existe quem não despiisse a capa do ser primitivo. Há quem goste de ser macaco. É mais cómodo e coçar a pulga em público não fica mal...

Este tipo de seres humanos?...Dão mais atenção aos indivíduos que obtêm sucesso. Compreensível tal estratégia. Provavelmente em tempos, deveriam ser considerados como expoentes máximos, todos aqueles capazes de esborracharem os crânios ou serem mais rápidos a comerem os inimigos, a espadeirarem, a envenenarem, a delatarem, a vigarizarem, a traficarem, etc. No fundo seriam os mais antropófagos e primitivos mortais a sobreviverem.

No caso da síndrome do culto da personalidade poder-se-iam apresentar níveis diferentes. Uns poderão estar imunes, outros serem catalogados como apresentando uma forma de entretenimento social, mas que constitui o ponto de partida para níveis mais complicados, em que o interesse se manifesta de maneira assaz curiosa. Saber os hábitos, amores, perfumes, marcas de roupa, sobretudo interior, modo de vida, enfim, um rosário de bizzarrias, que não deixem de alimentar conversas de esquina. Nesta fase é natural que se possa sofrer de profunda ansiedade e disfunção social entre outras características.

Depois aparece o quadro caracterizado pela existência de uma relação muito especial e intensa com a estrela da companhia, que se adorava, se bajulava e por quem tudo se fazia!... Uma dependência inevitável que atinge toda a companhia.

Há no entanto outro escalão que abrange vasto sector do grupo. Uma situação patológica em que os perseguidores são capazes de tudo em nome do seu ídolo, inclusive dispostos a violências físicas, mesmo que amputados de membros que se vêem e de massa encefálica que não perderam, mas que se habituaram a viver sem ela. •

José Maia

Opinião

O desporto para deficientes em Portugal e a "auto-estima" dos portugueses

A notícia, que deveria ser tratada pelo jornalista apenas como isso, acabou por encontrar, na disposição do mesmo, ocasião para se transformar em algo mais, bem ou mal, dirão depois os leitores.

Em 2003, por estranha coincidência, muito se falou, por um lado, em deficiência e em oportunidades para pessoas suas portadoras, sob o impulso do AEPD 2003 - Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (ocasião linda para tantas e tão belas promessas, se calhar até porque a Igreja, julgo, diga que o Inferno afinal não existe...); por outro lado, na necessidade de uma reavaliação da auto-estima nacional, ou patriótica, talvez melhor, de uma reformulação do seu próprio conceito.

Ora acontece que essa tal auto-estima, para se fazer valer, necessita de referências. E, francamente, cingindo-nos apenas ao desporto (embora por extrapolação se possa estender a procura a tantas, quase todas, outras áreas da actividade social/humana), onde é que elas andam? Nos mega estádios, vazios, de um país/povo que não faz desporto? No nosso futebol? Melhor, nos nossos "craques" que andam lá por fora, em equipas que apressadamente "nacionalizamos" quando eles, e agora também alguns técnicos, se destacam em exhibições que, tantas vezes, não conseguem repetir com as cores lusas? Ou mesmo na "equipa de todos nós", para a qual me quiseram seleccionar

através de um senhor com uma pronúncia esquisita? Porque, e restringindo-nos, por exemplo, apenas às transmissões televisivas (restrição apenas no sentido do campo em análise, já que a nível de espectadores, sendo que é no cadeirão em frente ao aparelho que o português mais gosta de praticar desporto...), bem olhamos, e falamos de provas internacionais, para o atletismo, para a natação, para o hipismo, para ... - fiquemos nas talvez mais visíveis -, bem olhamos, escrevia, mas parti-cipações, bandeiras ou nomes portugueses é coisa escassa ou invisível. E quando aparecem, quantas vezes as classificações não são as esperadas e demasiadas as desistências? E depois, refiro-me especialmente ao atletismo, que já foi um dos pontos fortes da tal nossa auto-estima, vemos representantes de pequenos países quase desconhecidos, com populações minúsculas (Ilhas quê?), a ganhar medalhas, até mesmo de ouro! E, claro, agora estava mesmo a referir-me aos últimos mundiais, ainda por cima aqui tão próximos de nós. Não fosse uma prova extra, para deficientes, e onde iríamos descarregar toda a nossa auto-estima? A volta de honra, o podium e a medalha de ouro, a bandeira a subir ao ponto mais alto do mastro...

Aproveito a deixa para passar, então, à notícia, até porque a redacção considerou apenas espaço para ela e não para uma crónica.

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, de que é actual Presidente o nosso associado António Neves, come-morou em Dezembro passado o seu 15º aniversário. E no âmbito das respectivas comemorações, no dia 12 teve lugar um duplo evento que consideramos de grande importância e significado.

Assim, numa primeira parte, decorreu em Sintra, com o patrocínio do Instituto Francisco Sá Carneiro, de que é Presidente o Dr. João Mota Amaral, uma conferência sob o lema de "Os novos desafios do movimento paralímpico de Portugal", com intervenções não só do também Presidente da Assembleia da República (Abertura), como ainda do tenente-coronel António Neves (Presidente da FPDD), do prof. Jorge Carvalho (director técnico nacional da FPDD e chefe da missão Atenas 2004), da nadadora paralímpica Leila Marques, do dr. Pedro Ribeiro (do Projecto Super Atleta) e do dr. Fernando Seara (Presidente da Câmara Municipal de Sintra), sendo moderador do painel o engº Costa Oliveira, tendo sido abordados, e sempre num sentido extremamente realista e prático, temas do mais alto interesse e significado para o movimento paralímpico. Numa segunda parte, procedeu-se à assinatura de protocolos de colaboração, ao abrigo do projecto "Super atleta Galp Energia 2004", entre a FPDD e os seus mais recentes fornecedores oficiais, a Mercedes-

Benz e a CP, no sentido da disponibilização de apoios, respectivamente, de viaturas e de meios financeiros (curiosamente a CP vai proceder, já a partir de Fevereiro, a uma angariação de fundos entre os seus milhares de trabalhadores, lançando um concurso cujos prémios serão viagens a Atenas para assistir ao Jogos Paralímpicos). A finalizar a cerimónia, procedeu-se à entrega dos Troféus 2003 Super Atleta e à apresentação do "Bicas", a mascote oficial do movimento paralímpico.

E para finalizar também este artigo, relembro que a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes tem sido responsável, desde a sua fundação em 1988, pela preparação e coordenação das representações, e alegrias (=auto-estima!), nacionais em eventos desportivos internacionais, nomeadamente nos Jogos de Seul'88, Barcelona'92, Atlanta'96 e Sidney'00, para além de campeonatos da Europa e do Mundo, com os resultados que se conhecem, podemos afirmar, convictamente, a todos os seus dirigentes, técnicos e atletas, que se podem existir dúvidas quanto ao desempenho que Portugal terá quer no Euro2004 quer nos Jogos Olímpicos2004, nenhuma ficam quanto ao êxito da nossa participação nos Paralímpicos de Atenas. Um obrigado por essa pequena/grande chama que resta à nossa auto-estima! •

José Manuel Sande



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO
DE ARTES GRÁFICAS

Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Mensagem ao Chefe de Estado

"Partindo da declaração sentida e séria da certeza da sua probidade como cidadão, do nosso respeito como político honesto, e da confiança que em si depositam os deficientes militares como Supremo Magistrado da Nação e Comandante Supremo das Forças Armadas, aceite Vossa Excelência a mais calorosa saudação, envolvida nos mais respeitosos e cordiais cumprimentos."

Assim termina a mensagem de solidariedade que pelo Presidente da Direcção Nacional da ADFA foi dirigida, em 2 deste mês de Janeiro, ao Presidente da República, dr. Jorge Sampaio, numa altura certamente bem dolorosa para o político, mas muito em particular para o Homem e para o Cidadão, quando alguns, mesmo que a coberto do anonimato, tentam todos os meios para atingir os seus fins, que não são, com certeza, o da busca da Verdade e o do triunfo da Justiça. •

Projecto "PT minha voz"

O SNRIPD promoveu no dia 16 de Dezembro, e com a presença do associado Sérgio Azougado em representação da DN, uma demonstração de produtos do novo projecto do Gabinete de Clientes com Necessidades Especiais intitulado "PT minha voz", para o qual foram desenvolvidos 5 programas destinados a pessoas utilizadoras de comunicação aumentativa e com deficiências neuromotoras graves, os quais, saliente-se são os primeiros produtos da área da comunicação aumentativa disponíveis em Portugal que integram a síntese da fala em português europeu. •

Dia Nacional do Combatente

Em sequência de anterior reunião, e a convite da Liga dos Combatentes, realizou-se novo encontro de várias associações de ex-combatentes, em 9 de Dezembro, para tratar de diversos assuntos, mas especialmente da rede nacional de apoio ao estresse de guerra e da decisão final sobre a data para o "Dia Nacional do Combatente". Foi adoptado para o mesmo, com decisiva intervenção do presidente da DN da ADFA, o dia 9 de Abril (batalha de La Lys) e as cerimónias no Mosteiro da Batalha, mantendo-se as comemorações do dia 10 de Junho, em Belém, como Dia do Combatente do Ultramar e do dia 11 de Novembro, na Avenida da Liberdade, Lisboa, como dia do armistício da 1ª Grande Guerra e Dia Mundial da Paz. •

Aniversário da Sociedade Histórica

No passar de mais um aniversário do 1º de Dezembro de 1640, a SHIP (Sociedade Histórica da Independência de Portugal), levou a efeito, tal como tem feito desde 1911, cerimónias comemorativas, as quais constaram de homenagem junto ao monumento dos Restauradores, em Lisboa, recepção e assinatura do Livro de Honra da SHIP no salão nobre do Palácio da Independência e missa solene de acção de graças na igreja de São Nicolau.

Tal como em anos anteriores, para tais comemorações foi convidada a Direcção Nacional da ADFA, tendo-se a mesma feito representar pelo seu presidente, Patuleia Mendes. •

ELO

Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa

Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Audiência de Boas Festas com o SEDAC

No dia 16 de Dezembro, com a presença dos presidente, 1º vice-presidente e 2º secretário da Direcção Nacional, teve lugar uma audiência com o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes. Neste encontro foram trocadas saudações de Natal e desejos de um bom ano 2004, tendo a DN apresentado ao Dr. Henrique de Freitas uma agenda de trabalho que este assumiu analisar para desenvolvimento em próxima reunião, prevista já para a primeira quinzena de Janeiro. •



Reunião de Natal com os trabalhadores da ADFA

Realizou-se em 16 de Dezembro, na Sede Nacional, a reunião de Natal com os trabalhadores da ADFA, a que estiveram presentes, além de Lisboa, elementos das Delegações, nomeadamente Coimbra e Viseu.

Na ocasião entrevistaram os presidente e 1º vice-presidente da DN, os quais, em curtas palavras, falaram da unidade e da consciência das tarefas comuns a realizar, reforçando o interesse e o empenho dos dirigentes da Associação não só na garantia de mais capazes serviços para os associados, como também na manutenção, e melhoria, de todos os postos de trabalho.

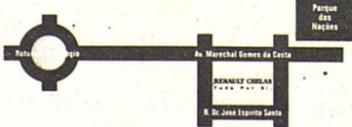
Seguiu-se um pequeno lanche, pretexto para entrega aos trabalhadores de algumas lembranças, sempre com uma palavra especial para cada um. •



RENAULT



- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
 - ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
 - ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
 - ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
 - ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA